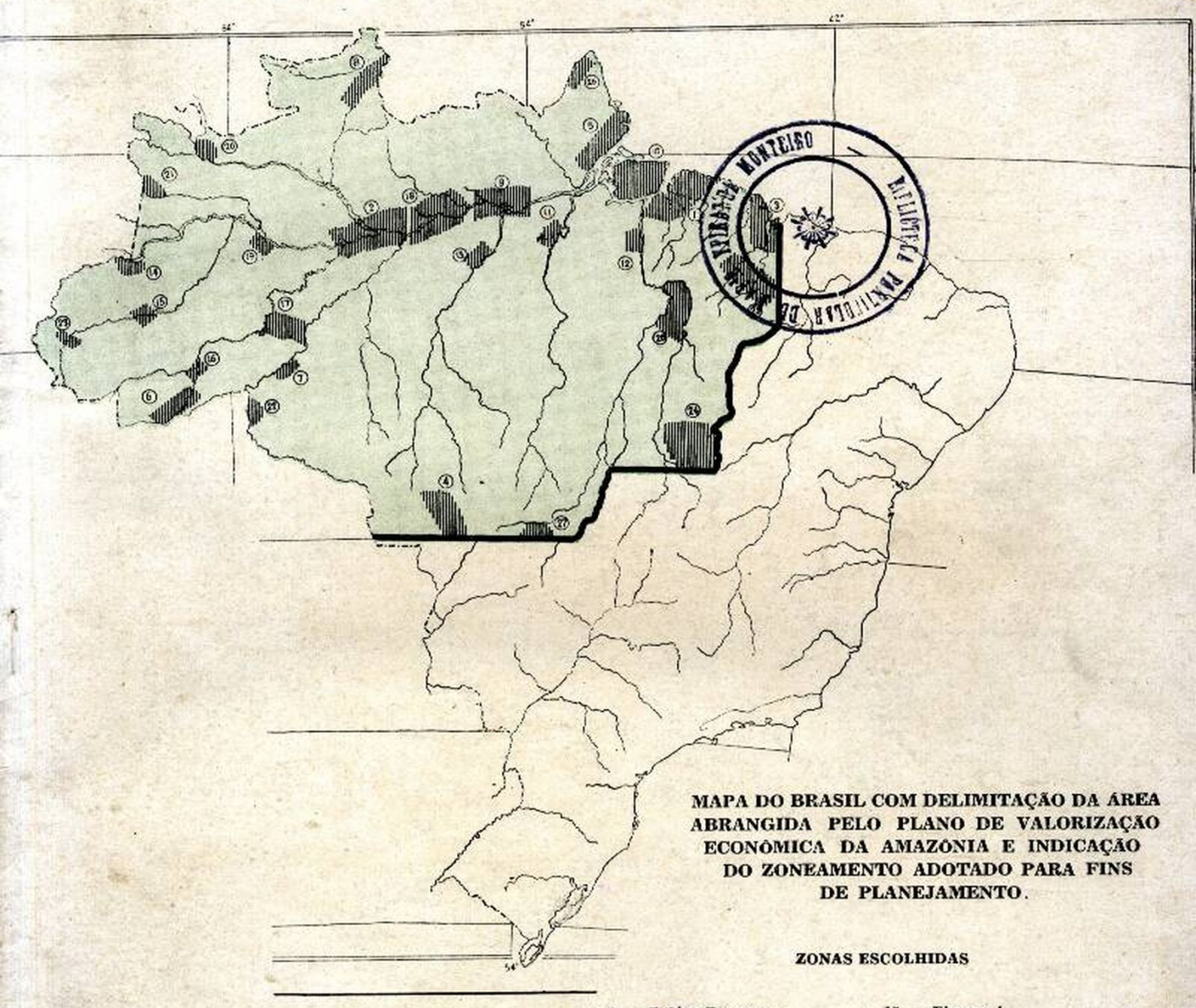
Gal. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

A SPVEA e o Exército Colonizam a Amazônia



MAPA DO BRASIL COM DELIMITAÇÃO DA ÁREA ABRANGIDA PELO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E INDICAÇÃO DO ZONEAMENTO ADOTADO PARA FINS DE PLANEJAMENTO.

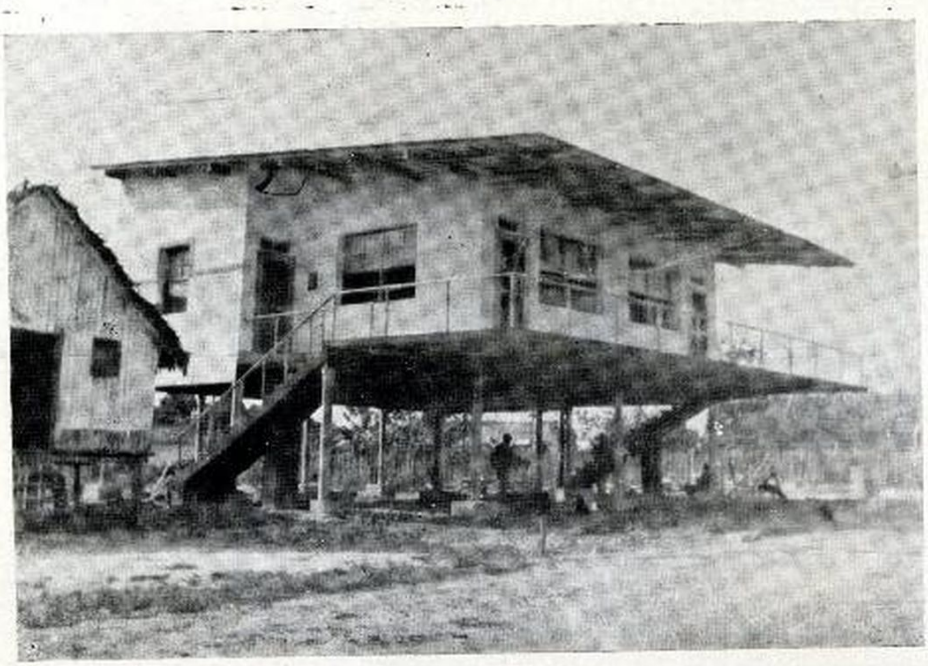
ZONAS ESCOLHIDAS

1 — Belém-Bragança
2 — Manaus
3 — São Luis
4 — Cuiabá
5 — Macapá
6 — Rio Branco (Acre)
7 — Pôrto Velho
8 — Boa Vista (Rio Branco)
9 — Santarém
10 — Marajó
11 — Altamira
12 — Tucuruí (Jatobal)
13 — Itaituba
14 — Benjamin Constant
15 — Eirunepé
16 — Bôca do Acre
17 — Campos do Puciari
18 — Parintins
19 — Tefé
20 — Urupês-Cucuí
21 — Vila Bittencourt (Rio Japurá)
22 — Guajará Mirim
23 — Cruzeiro do Sul
24 — Paraná (Alto Tocantins)
25 — Bacia do Rio Mearim Pindaré
26 — Oiapoque
27 — Poxoréu
28 — Tocantinópolis

ÁREA ABRANGIDA PELO P.V.E.A. 39,387% DA ÁREA DO BRASIL

ÁREA ESCOLHIDA PARA RECUPERAÇÃO NO 1º PLANO QÜINQÜENAL

A SPVEA e o Exército Colonizam à Amazônia



Casa pioneira em cimento armado, construída pelo Exército na fronteira do Brasil com a Colômbia (Colônia Militar Ipiranga-Rio Içá), subvenção da SPVEA: Plano 2

- **Problema das Fronteiras**
- **Oportunidade de uma Conferência**
- **Colônias de Penetração e Colônias de Fronteira**
- **Os Planos 2 e 17**
- **A SPVEA em face de Problemas de Base**
- **O Exército reconhece a importância da SPVEA**
- **Dinâmica da Colonização**
- **Os Sete Problema Capitais**

ESCREVE-SE, nas fronteiras mais distantes do Brasil, um capítulo vivo de história da nossa colonização. Imensa é a região, inóspitos os núcleos de população rarefeita, de civilização, vamos assim considerar, nesse sentido ao menos genérico de confundir a presença do homem com a terra não desbravada. Do homem com a floresta quase intacta. Do civilizado com o incivilizado.

Não é ampla a bibliografia quando se procura conhecer os pormenores sôbre êsse encontro de um passado de tradições seculares — o homem civilizado — com um presente que é novo: o virgem e o resinoso das matas bem densas. Alguns estudos existem, mas em sua maioria são obras de erudição: firmam-se nos tratados, aludem aos esforços de homens que dilataram o País, passando por cima das Tordesilhas e destruiram acordos que, de fato, firmados nos papéis, figurando continentes e linhas imaginários, foram superados pelos cavaleiros andantes dos séculos XVI e XVII. Trecho curioso e solene ao mesmo tempo é aquêle famoso § 11 da Bula Coetera de Alexandre VI, de 4 de maio de 1493, no qual depois de determinados os domínios dos Reis de Portugal e Espanha, pontificava-se sob pena de excomunhão que "a nenhum homem seja lícito infringir esta página da nossa recomendação, exortação, requisição, doação, concessão, entrega, constituição, deputação, decreto, mandato, proibição e vontade, ou opor-se-lhe, com ousadia temerária."

Mas as terras do Novo Continente foram descobertas e o comportamento humano se adaptou à realidade, ao mesmo tempo que os pioneiros alargavam as fronteiras do mundo.

Conhecem-se os feitos, mas não são amplamente conhecidos a luta psicológica nem os impactos exteriores. Sabe-se apenas dos resultados, que se transformam, de imediato, em acontecimentos históricos.

E sôbre êsses acontecimentos históricos, as fronteiras geográficas, determinadas pelas móveis fronteiras da ação humana, é que se traça todo o esfôrço de grandeza, de amplidão, de soberania. É a fronteira a linguagem universalmente entendida, confinando povos, valorizando o sentido de respeito à propriedade nacional.

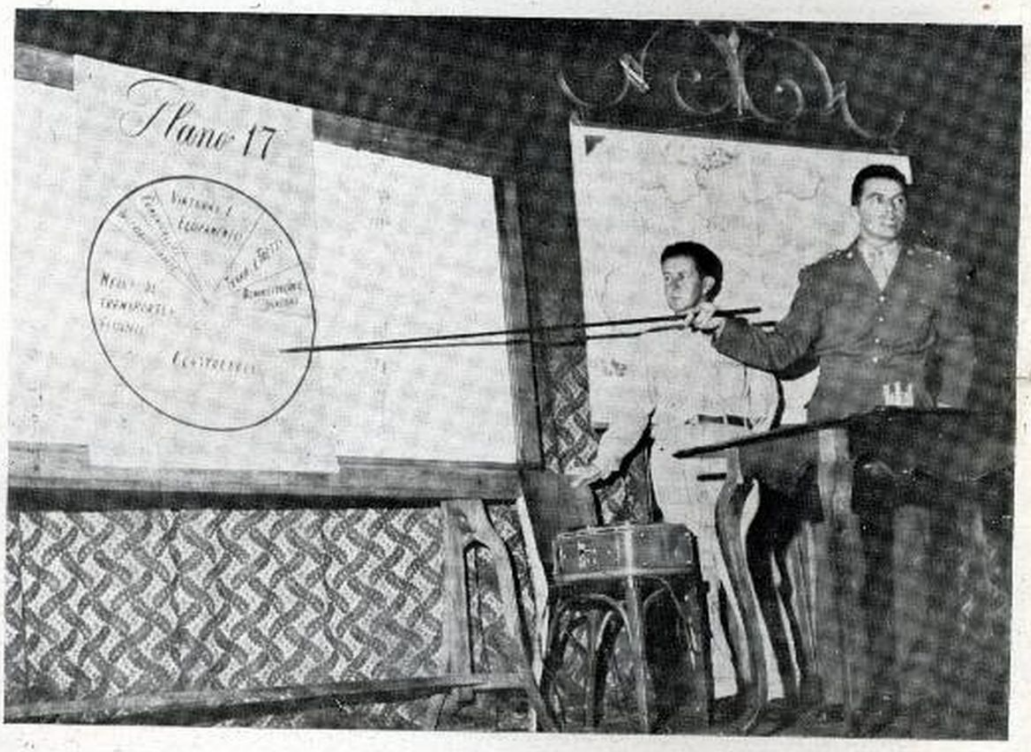
Major Jarbas Passarinho, do Estado Maior Regional, membro da Comissão Militar de Estudos mandada criar pelo Sr. Ministro da Guerra para trabalhar em cooperação com a SPVEA. Flagrantes da conferência sôbre "As Fronteiras, a SPVEA e o Exército", realizada em Belém do Pará.

CABE, a esta altura, a pergunta: quem tem construído as fronteiras? Na história dos colonizadores duas categorias de pioneiros se têm distinguido, como formadores de nacionalidades :os soldados e os religiosos. Os homens das armas e da ação guerreira; os clérigos, os missionários, os catequizadores. O Exército e a Religião. A espada e o catecismo. Ambos pastores do civismo e de almas.

Sôbre o papel do Exército — que, na realidade consolida e firma-se no terreno como a bandeira — vale lembrar as palavras do Ministro José Carlos de Macedo Soares, na introdução das **Fronteiras do Brasil no Regime Colonial**, ao afirmar "que o guarda ingênito das nossas fronteiras, na paz e na guerra tem sido o Exército Nacional. Na guerra defendendo-as com o seu sangue. Na paz demarcando-as com sua dedicação. O Exército Brasileiro tem cumprido êsses deveres com a mais admirável dedicação, esfôrço e patriotismo. Todo brasileiro sabe da obra do Generel Sertanejo e da coorte de seus companheiros, e dos trabalhos ingentes das comissões de demarcação das fronteiras. A obra de conquista de fundação nacional por êles realizada é a mostra de que é, do que pode e do que promete fundadamente a fibra do caráter e as virtudes cívicas do homem brasileiro." (pág. 4).

Começa a surgir, todavia, outra espécie de colonizadores, **pari passu** com o soldado e o sacerdote, nas fronteiras avançadas do Brasil. É o administrador.

Firmado o domínio de posse em tôda a região lindeira, pelo Exército, surge agora o administrador, através de planos de ação econômica, a fortalecer o valorosamente conquistado. Cabe à Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, nos termos da Lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953, que a instituiu, essa tarefa de tornar efetivo o domínio firmado pelos colnizadores de farda e da batina.



Definição da SPVEA

Que é a SPVEA? Órgão federal criado por inspiração de dispositivo constitucional (Art. 199 da Carta Magna), que recomenda a aplicação, pelo Govêrno Federal, durante pelo menos vinte anos consecutivos, de quantia não inferior a 3% da renda tributária da União,

a SPVEA teve na Lei n.º 1 806 a definição de suas atribuições, assim especificadas:

"a) promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos, o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido; a produção extrativista da floresta, na base dos preços mínimos compatíveis com o custo da vida na região;

b) fomentar a produção animal, tendo em vista principalmente a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas; promover a solução dos problemas que interessem a pecuária, a defesa e o melhoramento dos rebanhos;

c) desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas, por obras de desaguamento e recuperação das terras inundáveis;

d) promover o aproveitamento dos recursos minerais da região;

e) incrementar a industrialização das matérias-primas de produção regional para o abastecimento interno e a exportação mais densa dos produtos naturais;

f) realizar um plano de viação da Amazônia, que compreenda todo o sistema de transportes e comunicações, tendo em vista principalmente as peculiaridades do complexo hidrográfico, sua extensão e importância na economia regional e as bases econômicas e técnicas de sua gradual execução;

Na primeira fila, assistindo à conferência, altas autoridades da SPVEA e da 8a. RM

g) estabelecer uma política de energia na região, em bases econômicas, pela utilização e conservação de suas fontes, a organização do abastecimento de combustíveis e eletrificação dos principais centros de produção e da indústria e a utilização racional dos recursos naturais;

h) estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interêsses da região e do País, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados, em áreas escolhidas onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica;

i) estabelecer um programa de desenvolvimento do sistema de crédito bancário regional e das respectivas operações;

j) fomentar o desenvolvimento das relações comerciais com os mercados consumidores e abastecedores, e ter em vista, inclusive, as relações com os países vizinhos e a política continental brasileira;

k) manter um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais e de preparação,

Outro flagrante da assistência, acompanhando a exposição do Major Jarbas Passarinho.

Logo após a conferência, o Major Jarbas Passarinho foi cumprimentado pelo Cel. Décio Palmeiro de Escobar e o Dr. Waldir Bouhid, Superintendente da SPVEA.

recrutamento e rixação de quadros técnicos e científicos na região, tendo em vista orientar, atualizar a aperfeiçoar a compreensão do Plano e fornecer os elementos técnicos para sua execução;

l) incentivar o capital privado no sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais, inclusive em empresas de capital misto ou em consociação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

m) orientar a organização administrativa específicas para as funções permanentes de pesquisas, programação e controles técnico-econômico da execução do Plano bem como para sua execução no todo ou em programas parciais, inclusive medidas de coordenação na administração federal, entre os órgãos federais e os governos estaduais e municipais, ou entidades a êle subordinadas;

n) manter um serviço de divulgação econômica e comercial, com órgãos e meios próprios para conhecimento, a todo tempo, da produção efetiva da região, das possibilidades potenciais e condições ecológicas, da situação dos mercados consumidores e concorrentes, inclusive por meio de mostruários nas principais praças do País e nos maiores centros de consumo de matérias-primas tropicais."

Conhecido o programa de ação, vê-se que a preocupação fundamental é a ocupação técnica e racional da Amazônia. Como? Formando, primeiro, colônias de abastecimento. E aqui entra a necessidade de um conhecimento das atuais condições dos amazônidas, punhados humanos espalhados na imensidão de um território hostil.

Esclarece o **Primeiro Plano Quinquenal** (x) êste problema do povoamento, com estas palavras: "O Plano de Colonização da área amazônica terá por finalidade dotar a região de uma rede de núcleos populacionais na zona rural, em condições econômicas que lhes permitam tornar-se centros de produção agropecuária, auto-suficientes, e, em alguns casos, as colônias de abastecimento, capazes de suprir de gêneros alimentícios as cidades às proximidades das quais sejam instaladas. Na Amazônia observa-se um fato que bem define as suas condições econômicas: a zona rural é abastecida pelas cidades, especialmente pelas capitais, que por sua vez importam êsses gêneros de outros Estados da Federação e até do Exterior. A pequena produção rural, quando levada aos mercados citadinos, é trocada por outros gêneros de que necessita o pequeno produtor, transação que sempre lhe é desfavorável. Então é preciso dar às colônias condições econômicas que permitam ao lavrador interpretar o seu trabalho não como um meio de pagar dívidas, mas como um processo compensador de evitá-las quando possível e sobretudo de melhorar o seu padrão de produção. Cumpre assim tomar duas providências: racionalizar o povoamento mediante prática colonizadora eficiente, e como decorrência, dar às colônias a inspensável assistência para que elas se tornem econômicamente autônomas. Do contrário, como salienta Castro Barreto "ou o homem radica-se com extremo sacrifício e mantém-se com a prole num nível ínfimo que a rotina lhe permite, ou volta ao meio urbano. No primeiro caso, é o derrubador que tira o que pode da terra que desnuda e exaure, entregando-se à erosão; no segundo, é o desajustado que volta fatalmente ao núcleo urbano, engrossando o êxodo o superpulando a periferia das cidades, criando novas **favelas**, com tôdas as suas terríveis consequências". (**Povoamento e População**, pág. 357).

Dariam as colônias de abastecimento o mínimo necessário para a auto-suficiência dos grupos de população. Classificadas em três tipos, essas colônias serão de

Tipo A — constituidas de 200 famílias nacionais e estrangeiras, cada família recebendo um lote de 25 ha; instaladas em terras devolutas às proximidades das capitais de população superior a cem mil habitantes;

Belém do Pará: vista parcial da cidade, vendo-se no primeiro plano o famoso Teatro da Paz.

Tipo B — formadas por 100 famílias, recebendo cada uma um lote de 30 ha;

Tipo C — integradas por 50 famílias e disporão de 50 lotes de 50 ha., localizando-se às vizinhas das cidades-sedes de municípios de menos de 20 mil habitantes.

As do tipo A se instalam nas vizinhas das capitais — Manaus, Belém e São Luís. O Núcleo do Guamá, em Belém, é um exemplo.

As do tipo B e C se localizarão nas proximidades dos núcleos municipais, obedecendo sua organização a um critério de prioridade.

Colônias de Penetração e Colônias de Fronteira

Entende-se por colônias de penetração aquelas, diz o Plano Quinquenal, "criadas com o propósito de salvaguardar e consolidar a ocupação já efetuada por parte de populações pioneiras sôbre territórios marginais, cuja conquista não se justificaria por motivos eocnômicos, mas que já se encontrando ocupados precisam ser incorporador no sistema econômico da Amazônia".

E por Colônias de Fronteira as localizadas nos limites territoriais da Amazônia brasileira. Há, porém, uma condição fundamental que antecede à sua organização na qualidade de postos de vigilância — que seja planejada "com a supervisão das fôrças armadas, tendo em vista razões estratégicas."

Eis porque a relação incluida no volume do **Primeiro Plano Quinquenal** e abaixo transcrita, está a depender da revisão dos órgãos competentes do Exército. São os seguintes os locais onde a SPVEA pretende organizar as Colônias de Fronteira:

"1. Junto à fronteira com a Guiana Francesa, no Território do Amapá, vivem os índios Esmerillon, Oiampi, Calibi, que são assistidos, atualmente, por um pôsto do SPI, o Pôsto Luís Horta, situado no extremo norte do Município de Clevelândia e que se encontra desaparelhado para obra que se propõe realizar. Será dotado de um campo de pouso e de estação radiotelegráfica, além dos elementos necessários para uma assistência social nacionalizadora.

2. Na fronteira com a Guiana Holandesa deverá ser instalada uma Colônia de Fronteira para os índios Wanana e Tirió, que vivem entre as cabeceiras dos rios Paru de Este e Paru de Oeste; e mais tarde, uma segunda, para os Pianokotó, Tusauana e Dyau, nas cabeceiras do Rio Iriau, afluente do Trombetas.

3. Junto às fronteiras da Guiana Inglesa deveriam ser instaladas, pelo menos, duas Colônias, uma nas vertentes da Serra Acaraí, nascen-

te do Rio Cajuiui, afluente do Trombetas, para assistir aos índios Parakotó, Maopitã, Xikiana e Waiwai; outra num ponto a ser escolhido entre as serras Mururupu, da Onça e da Costa, para os índios Makupi, dispersos nas duas vertentes.

4. Nossas fronteiras com a Venezuela são das mais desguarnecidas, e em virtude de sua constituição montanhosa, dificilmente poderão ser ocupadas em tempos previsíveis. Todavia, do lado venezuelano, existem povoações cuja ação sôbre os índios fronteiriços precisa ser contrabalançada. Ao longo daquelas lindes, passando de um lado para outro vivem os índios Xirianá, Waika, Tekum, Guinau e Makitara. Segundo opinião do General Rondon, seria praticável a instalação de uma colônia de Fronteira no Igarapé Maú, na encosta do contraforte Auronga, para assistir àqueles índios.

O Pôsto do SPI, do Rio Demeni, atualmente fechado, deveria ser reinstalado e levado mais para o alto, a fim de assistir aos índios e servir de base de penetração para as encostas da Serra Tapirapecé, onde vivem tribos desconhecidas.

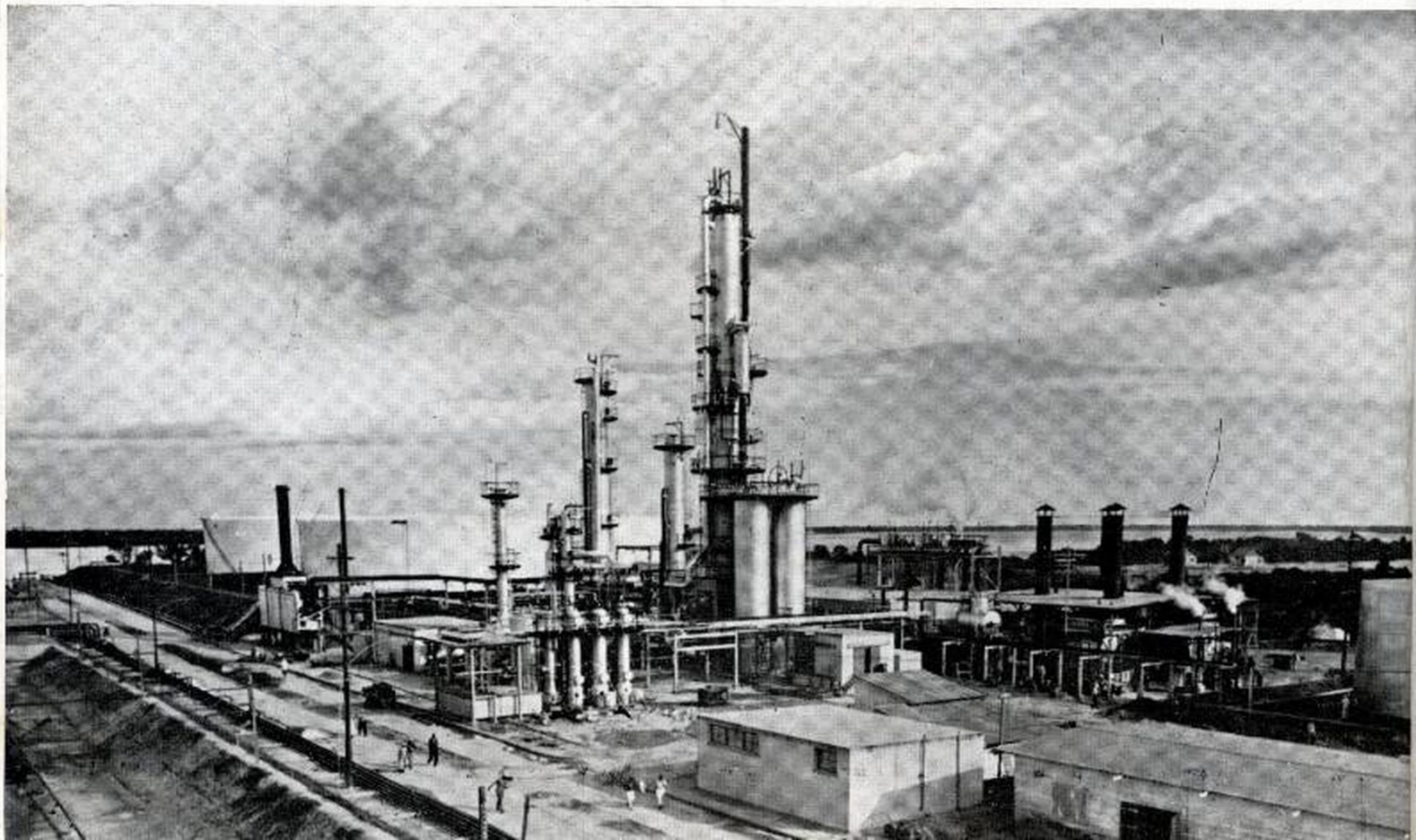
5. Nas fronteiras com a Colômbia, no alto curso dos rios Xié, Içana e Alary, vivem diversas tribos Aruak e Tukano. Eram assistidas pelos postos Melo Franco e Kerari, ambos fechados. Trata-se, entretanto, de uma região da maior importância político-militar e onde a maior concentração de índios está ao lado colombiano, razão por que aqueles postos deverão ser reinstalados e dotados de recursos para funcionar como Colônias de Fronteira.

6. Nas fronteiras com o Peru entre outros os índios Katiana, Guarayo, Kaxinaua, Jaminaua e Katukina, sôbre os quais é dominadora a influência estrangeira, uma Colônia de Vigilância deverá ser instalada no divisor de águas do Rio Jary com o Ipixuna, no extremo ocidental da Amazônia Brasileira, e uma segunda nas nascentes do Rio Acre, próximo do Rio Iáco.

7. No Território do Guaporé, fronteira com a Bolívia, deverão ser reorganizados nas mesmas bases e transferidos para locais mais convenientes, os seguintes postos indígenas: Rodolfo de Miranda no Rio Javary; Ricardo Franco do Rio Cautário; Coronel Tibúrcio do Rio Capivary; Dr. Tanajura do Rio Anary; Pedro de Toledo, do Rio Corumbiara; Tenente Lyra, do Igarapé Lago, afluente do Madeira; e Tenente Marques, do Mutum-Paraná.

A realização dêsse Plano deverá ser levada a cabo em cinco anos de atividades contínuas, mas por etapas que compreenderão no primeiro ano a reinstalação dos Postos de Fronteira do SPI e a realização de uma série de pesquisas tanto aéreas como terrestres, para estudar a localização mais conveniente para as novas colônias indígenas de fronteira. O orçamento seguinte deverá fazer face às despesas com a realização de expedições aos grupos indígenas fronteiriços, abertura de estradas de pentração, de campos de pouso, aquisição de equipamento de trabalho de campo, de instala-

A SPVEA tem contribuido para a expansão da indústria petrolifera na bacia amazônica: Refinaria de Manaus, construida com apôio da SPVEA.



Ponte flutuante da Refinaria de Manaus, quando em fase final de construção.

ções de rádio-comunicação, organização de cooperativas e dos serviços de assistência médica, além do pagamento do pessoal assalariado:

1956	Cr$	5 000 000,00
1957	Cr$	5 500 000,00
1958	Cr$	4 740 000,00
1959	Cr$	9 008 000,00
TOTAL ...		24 248 000,00

Oportunidade de uma Conferência

Recentemente, em Belém do Pará o Major Jarbas Passarinho, do Estado Maior Regional, membro da Comissão Militar de Estudos mandada criar pelo sr. Ministro da Guerra, para trabalhar em cooperação com a SPVEA, na aplicação das verbas resultantes dos convênios firmados entre a autarquia e o Exército, pronunciou uma conferência sôbre o tema "As Fronteiras, a SPVEA e o Exército." Dividiu-a em seis partes, de que damos aqui um esbôço.

Definiu a nossa posição de País cujas fronteiras alcançam 11 000 quilômetros. Mas é preciso consiperar que as fronteiras ora são vivas, ora são mortas, dependendo da existência de coletividades em potencial econômico. Exemplo patente de fronteira viva, com resultados favoráveis para o Brasil, foi o caso do Acre e sua incorporação ao território brasileiro.

Na palestra, sobressaiu o Major Jarbas Passarinho a necessidade de fortalecer os núcleos fronteiriços de modo a evitar futuras dores de cabeça e questões internacionais. E curioso é acentuar a oportunidade da SPVEA como órgão federal que, ao planejar a recuperação econômica da Amazônia, não se descurou de dar especial atenção aos destacamentos de fronteira, incluindo mesmo verba especial.

O espírito da missão essencial nas fronteiras está contido neste nas fronteiras está contido neste enunciado do Plano Quinquenal: "Recuperar as zonas de fronteira, de modo a garantir, no processo de povoamento, a existência de condições que permitam, a essa população, um padrão elevado de vida."

Daí a necessidade de atacar os problemas nas seguintes áreas limítrofes:

No Território do Amapá; as do Rio Oiapoque;

No Terrtório do Rio Branco: em Caracaraí Boa Vista e Maú;

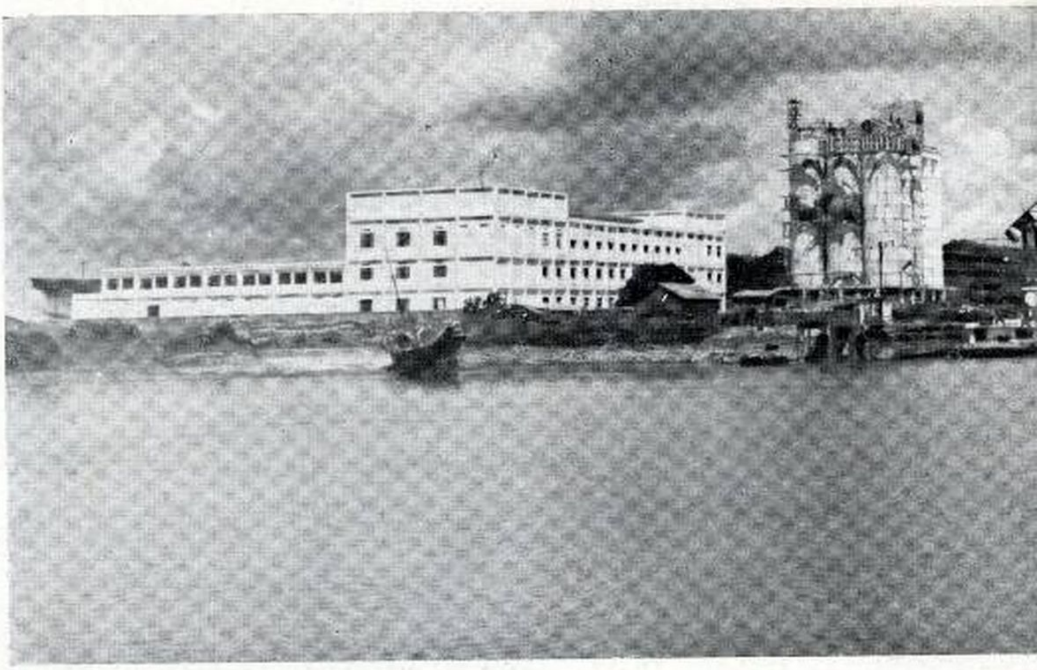
No Amazonas: em Uaupés, Cucuí, Vila Bittencourt e Benjamin Constant;

No Acre: em Cruzeiro do Sul e o Vale do Rio Acre;

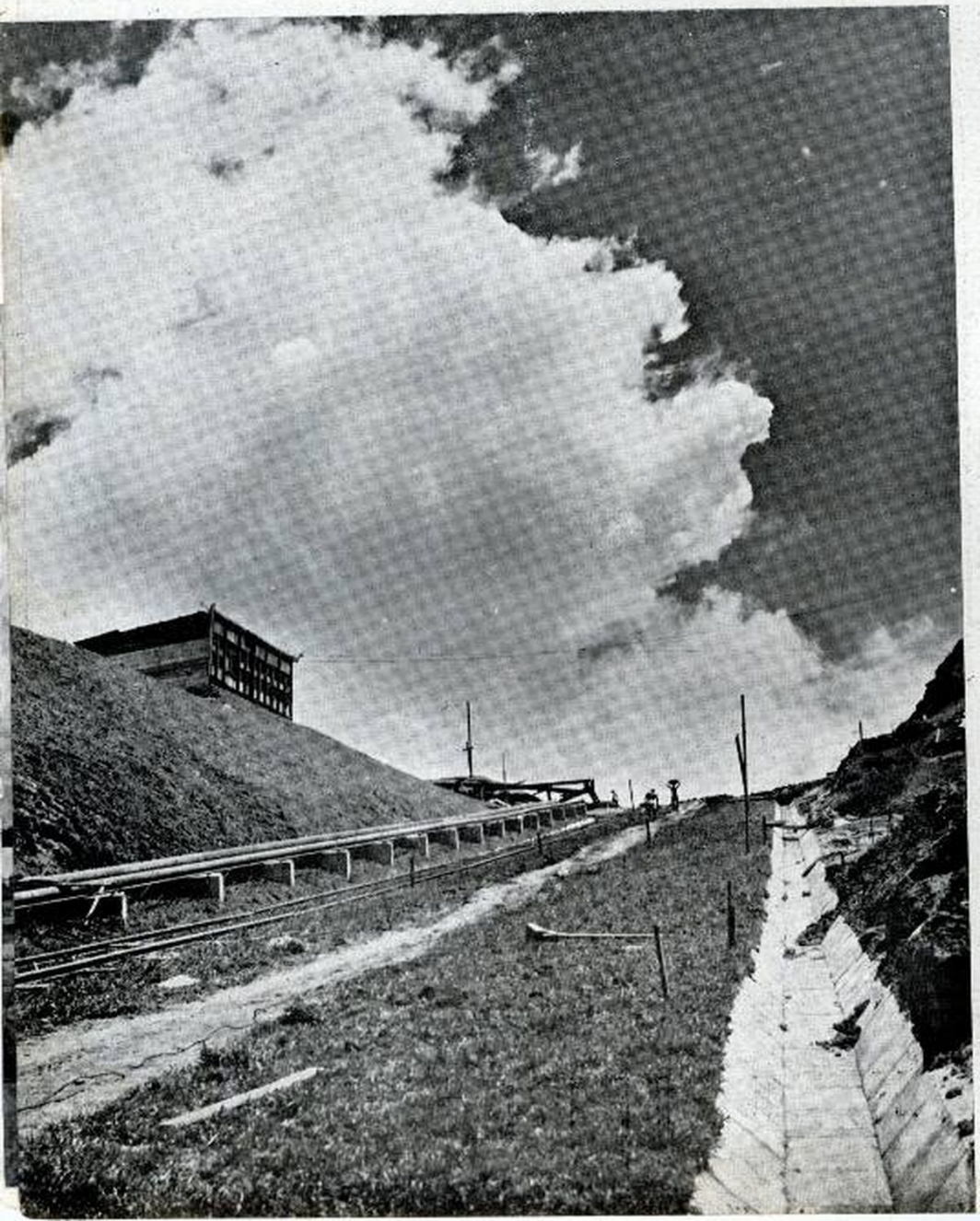
No Território de Rondônia: nas imediações de Guajará Mirim.

A prioridade seria dada para as seguintes regiões de fronteira: Oiapoque, Boa Vista, Uaupés-Curuí, Vila Bittencourt, Benjamin Constant, Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Guajará Mirim.

Se a finalidade é assegurar a ocupação territorial das fronteiras, **em um sentido brasileiro**, deduz-se que se deve criar, nas proximidades dos atuais elementos de fronteira, colônias agrícolas à base do agricultor civil.



A SPVEA atua no sentido de tornar a Amazônia um centro de produção e de consumo ativos. À direita, aspecto dos silos construidos na capital paraense. Embaixo, outro ângulo das tubulaçeõs da Refinaria de Manaus.



Quanto aos meios de que dispõe o Exército para a realização dessa tarefa de dar às fronteiras do Brasil um sentido nacional, de vida nacional, há dois planos financeiros em execução.

O primeiro, (Plano 17) remanescente do Plano de Emergência da SPVEA não utilizado, destina-se à construção de obras de vulto, subdividide-se em sete itens:

A — Construções;

B — Meios de Transporte Fluvial;

C — Instalações Industriais;

D — Comunicações;

E — Viaturas e Equipamentos Diversos;

F — Transportes, Fretes, etc.

G — Administração e Eventuais;

De acôrdo com o quadro de distribuição de Obras e Serviços, organizado pela Comissão Militar de Estudos, o Plano 17 está assim esquematizado e em execução:

(Vide página 48)

PLANO 2 — PLANEJAMENTO

OS SUBSÍDIOS para o Planejamento do Plano 2 (verba de ..... Cr$ 2.000.000 prevista no Orçamento para 1956), "para início de instalação de colônias às proximidades dos destacamentos de fronteiras, segundo o programa a ser organizado em acôrdo com as Regiões Militares", elaborados pela Comissão Militar de Estudos, foram aprovados pelos técnicos federais da SPVEA. Trata-se de um valioso documento em que se analisam as condições de

vida da zona fronteiriça na região amazônica e se estabelecem as normas de aplicação da verba. Ei-lo na íntegra, a servir de base para estudos no gênero e a revelar certos aspectos de natureza sociológica, indispensáveis aos estudos de colonização do Vale.

SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO — PLANO 2 DA SPVEA.

PLANO 2

I — SUBSÍDIO PARA O PLANEJAMENTO

A — Finalidade do Plano

Propor e justificar o emprêgo da verba de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), prevista no orçamento para 1956 da S.P.V.E.A., "para início de instalação de colônias às proximidades dos destacamentos de fronteira, segundo o programa a ser organizado e marcado com as Regiões Militares".

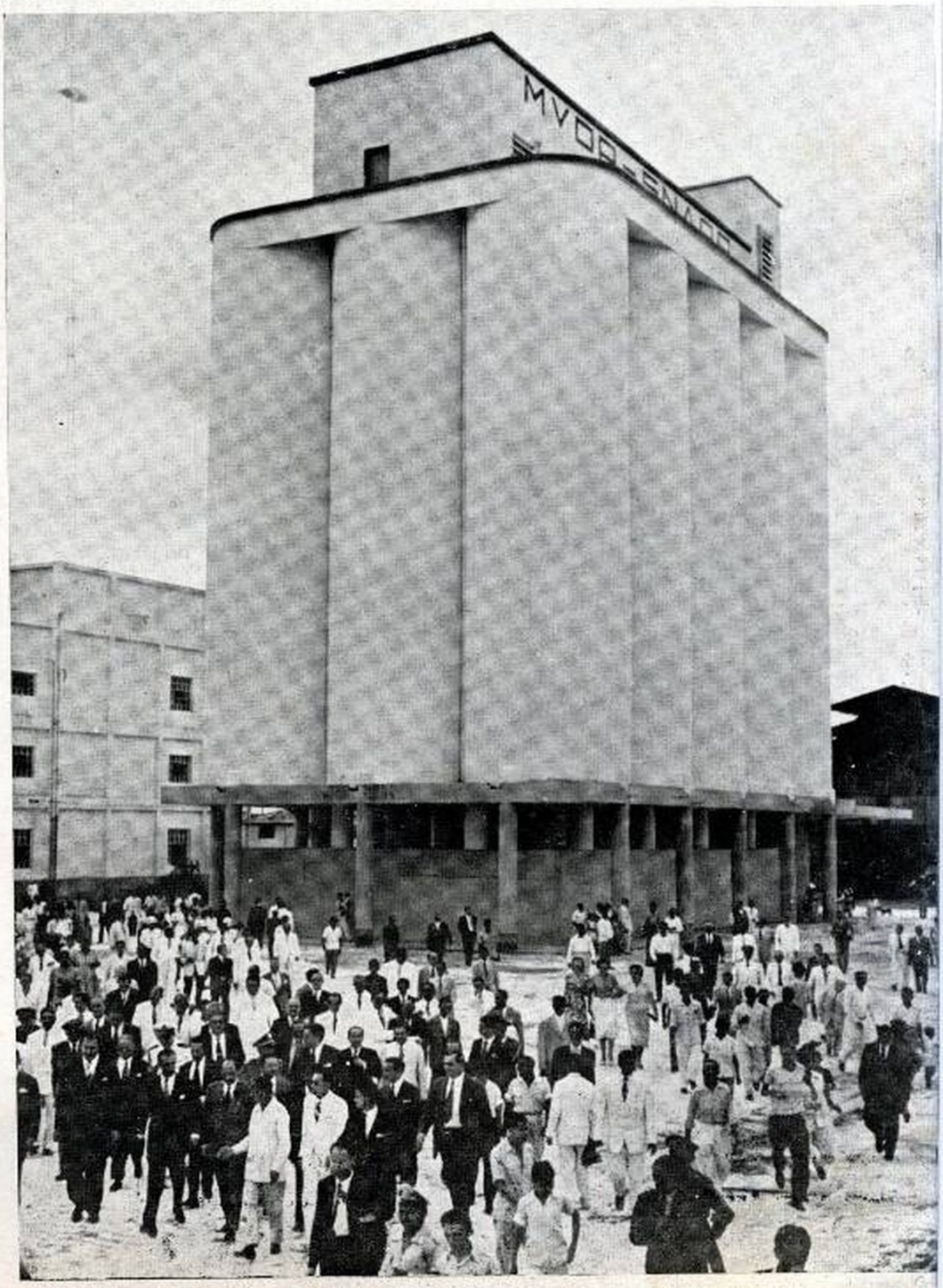
II — **AS PREMISSAS**

1. **A fixação de Colono ao Solo**

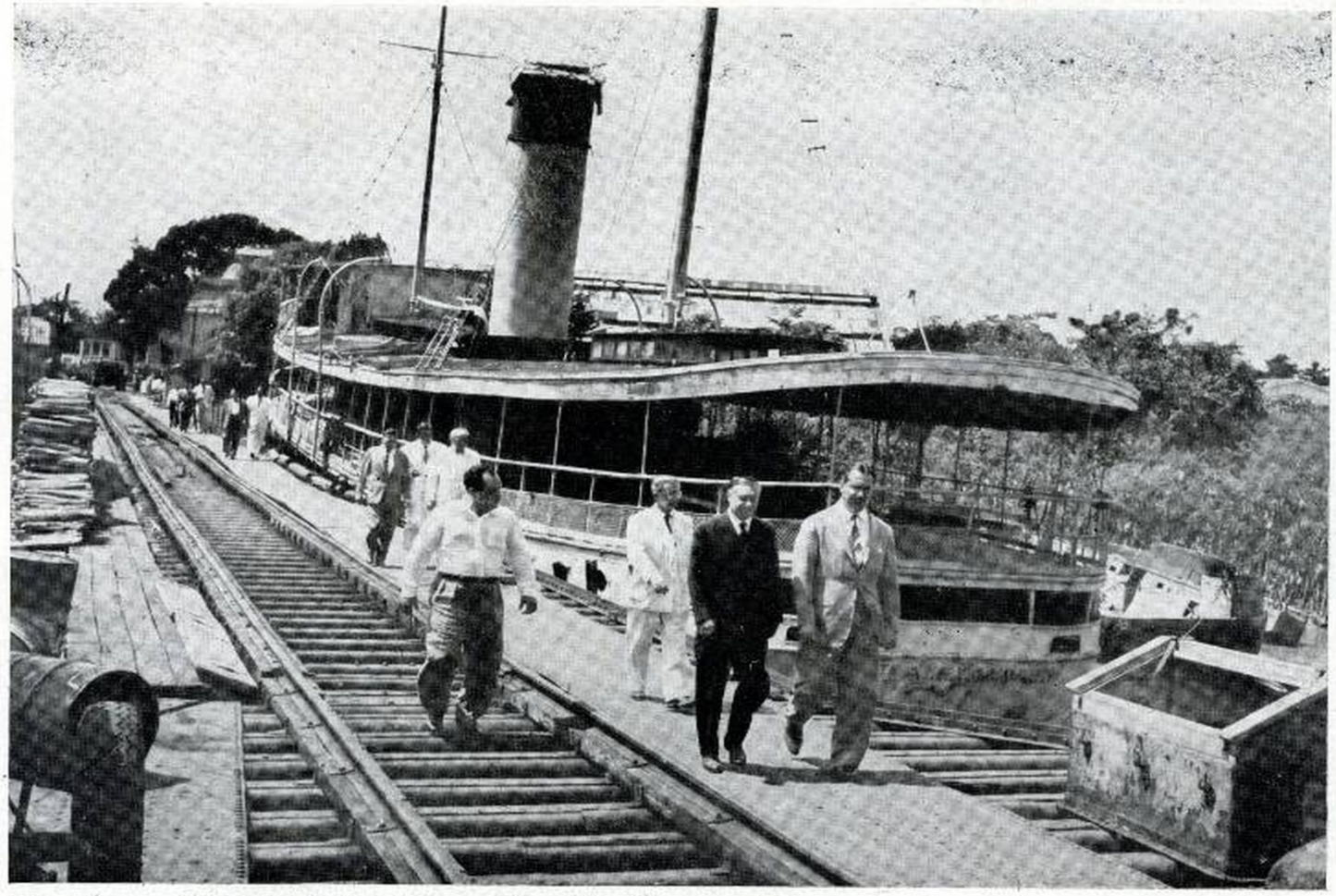
NO 1.º volume do Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA, à página 204, está expresso e objetivo que o Plano selecionou ao cogitar de colonização dos núcleos de fronteira"... **Transformar o forte em colônia, fazendo o soldado participar da tarefa de povoamento**", eis aí a diretriz definida e reclamada pelo planejador.

Sem dúvida, temos reparos aos conceitos emitidos antes, na mesma página, sôbre a vida nas unidades militares de fronteira. Não é atual o quadro que representa o soldado de fronteira como "um condenado" ansioso pelo regresso pronto à cidade de origem porque a fronteira "não lhe oferece nenhum atrativo, nenhuma compensação". Mais ainda: não é verídico, para os dias de hoje, que os militares "não se fazem acompanhar pela família", e que "mulheres só há as de tribos indígenas, porventura localizadas nas proximidades".

A característica indefectivel nos elementos de fronteira amazônica é um quartel onde o alojamento vive despovoado, porque a quase totalidade das praças tem família e com ela reside. Ou o homem é casado, ou



Em uma de suas visitas periódicas às diversas capitais do País, o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubstschek esteve em Belém do Pará. Flagrante tomado logo após a inauguração dos silos.



Em visita aos estaleiros dos Serviços de Navegação da Amazônica e Administração do Pôrto do Pará o dr. Waldir Bouhid.

acasalado, habitando casa que êle próprio construiu com as facilidades que a mata e a natureza da atividade militar na fronteira lhe proporcionam. Não será porisso, pois, que o homem lá não se fixa, ao ser licenciado. Há que pesquisar a causa mais profundamente. Compensações, de pequeno vulto embora, recebe o soldado da fronteira, a começar por uma legislação especial. É êle, por exemplo, o único que pode casar e engajar repetidas vêzes, satisfeitas condições nada exigentes.

Incorporando-se às unidades de fronteira, preferencialmente, os homens residentes nos próprios municípios sedes dessas unidades, ou em muncípios delas bem próximos corrigiu-se aquela ânsia de voltar à cidade de origem, tão própria ao citadino que, acostumado ao padrão de progresso das capitais amazônicas, realmente não deseja emigrar desterrando-se... A atração dos cencimentos melhorados, a brandura do regime militar local, tudo contribuiu para termos atualmente, nas fronteiras, homens que em sua maioria nelas se sentem bem.

Trata-se, dentro da diretriz esposada pelo planejador de fazer a colonização com o auxílio do soldado, que "tem sido mais desbravador"... Parece claro que, para atrair cada homem, vale dizer cada família, é preciso criar um "foyer d'appel" capaz de facultar-lhe substanciais vantagens sôbre as que êle desfruta hodiernamente.

O soldado, ao fim de seu tempo normal de serviço, se desejar permanecer na ativa, engaja. Garante, com isso, a continuação do seu "way of life", com a sua casinhola desconfortável onde cresce e vive a família, sob os aliviados afazeres da militança que lhe dão aso até aos pequenos ensaios das atividades agrícolas ou pastoris domésticas, tudo tranquilizado pela certeza de receber os vencimentos ao fim de cada mês.

Para se transformar em colono, quantas incertezas terá de vencer! Não pode ficar entregue a si próprio, sujeito a produzir ou perecer, sem a ajuda do Estado. É a êste que cabe criar as condições de atração. Oferecer algo melhor do que pode desfrutar o soldado na caserna de fronteira, sob condições de tal natureza favoráveis que êle deixe tentar, é a nossa missão.

Essa, a nossa maneira de ver o problema. Não há como fugir do aspecto material. Ou são criadas facilidades que sobrelevem de muito aquelas que o homem, em serviço militar nas lindes amazônicas, tem nos dias de hoje, ou não se deve cogitar de colonização com soldados licenciados do serviço ativo.

2. A Dinâmica da Colonização

NA AMAZÔNIA, é a dinâmica colonização marcada por um permanente conflito entre o homem e o meio, êste caracterizado, particularmente, pela floresta e a água. Nos postos militares de fronteira, essa luta vem se sustentando há muitos anos. Mas é de confessar-se a pequena vantagem do homem. A floresta cedeu apenas a área estritamente necessária às instalações imóveis. Ronda os Pel. e as Cias. A água, em quase todos os locais, submerge temporàriamente grande parte da clareira ganha à floresta. É uma invasão periódica, invariável e inelutável, que se sustenta por tôda a fase hibernal.

Os Pel. e Cias. de regra, dependem do exterior para tudo. Ampliar a conquista, emprestando à atividade humana um caráter real de expansão colonizadora, é criar maiores problemas pela agravação da luta.

A permanência do homem no local, após o licenciamento, combinada à necessidade de recompletamento dos efetivos militares, significa pràticamente um aumento de 70% de habitantes. Inicialmente, pois, as relações de dependências entre as Fron e Manaus e Belém — seus apoios logísticos — serão acentuadas, pelo aumento do contingente populacional em face da incapacidade local de prover a própria subsistência.

3. A situação atual

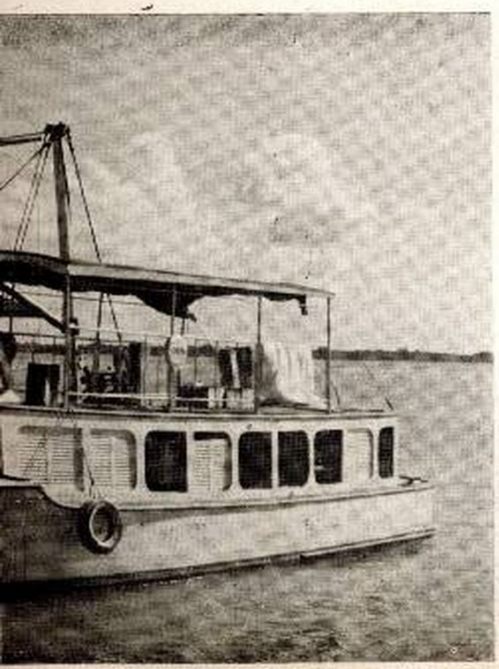
a) AS UNIDADES de Fron, onde se pretende inicialmente justapor as colônias agrícolas, para que estas ao fim absorvam totalmente àquelas, não têm economia própria. São consumidoras, apenas. Nada ou muito pouco produzem. Algumas unidades estão insuladas, pela irregularidade ou inexistência de transportes. Apoiam-se no CAF e nas viagens incertas de transportadores fluviais, e nas atividades dos "regatões".

Fazem, com êstes, um pequeno comércio de trocas, servindo-se das conservas que economizam ou mesmo de gêneros que mandam buscar em Belém, no ERS/8, pelo processo de reembolsável. Os que têm contacto com os Dest ou populações estrangeiras vizinhos fazem essa troca diretamente.

Em quase tôdas as unidades de Fron há um ensaio das atividades agrícolas, exercido através da ação dos Cmts. (como naqueles que têm granja, horta e pomar) ou relegado à iniciativa indvidual e doméstica. Unidades como o 7.º Pel Fron, sediado em Forte Príncipe da Beira, ostentam ótimos resultados no cultivo restrito de hostaliças, o que é promissor indício para o futuro da colônia.

b) No momento, a dieta dos soldados de Fron é a constante da tabela a seguir descrita, com as alterações indicadas nas observações de ns. 2, 4 e 5.

As atividades da SPVEA se entrosam com os órgãos ministeriais da União. Duas das lanchas que operam no Departamento Nacional de Endemias Rurais prestam serviços na bacia amazônica.



1 — Uma vez por semana (para o pescado ou bacalhau).

2 — Nas Cias e Pels de Front onde não fôr possível a aquisição de carne verde por conta do ERS/8, as praças receberão em substituição, uma ração diária de 0,300 gramas em conservas (almôndegas, linguíça em banha, picadinho com batatas etc.).

3 — Um vez por semana, em substituição à carne verde.

4 — Adquirido pelas Unidades por conta do ERS/8, mediante tomada de preços. Nas Cias e Pels de Front, onde não fôr possível, a aquisição de leite comum, por conta do ES, êsse artigo será substituido por 0,029 gramas de leite em pó, como vem sendo feito.

5 — Na impossibilidade da aquisição do pão, o ES fornecerá roscas ou bolachas, em substituição.

6 — No caso de distribuição de café em grão, a ração deve ser de 0,050 gramas.

Compare-se a tabela presente com os índices do Plano Quinquenal, 1.º vo-

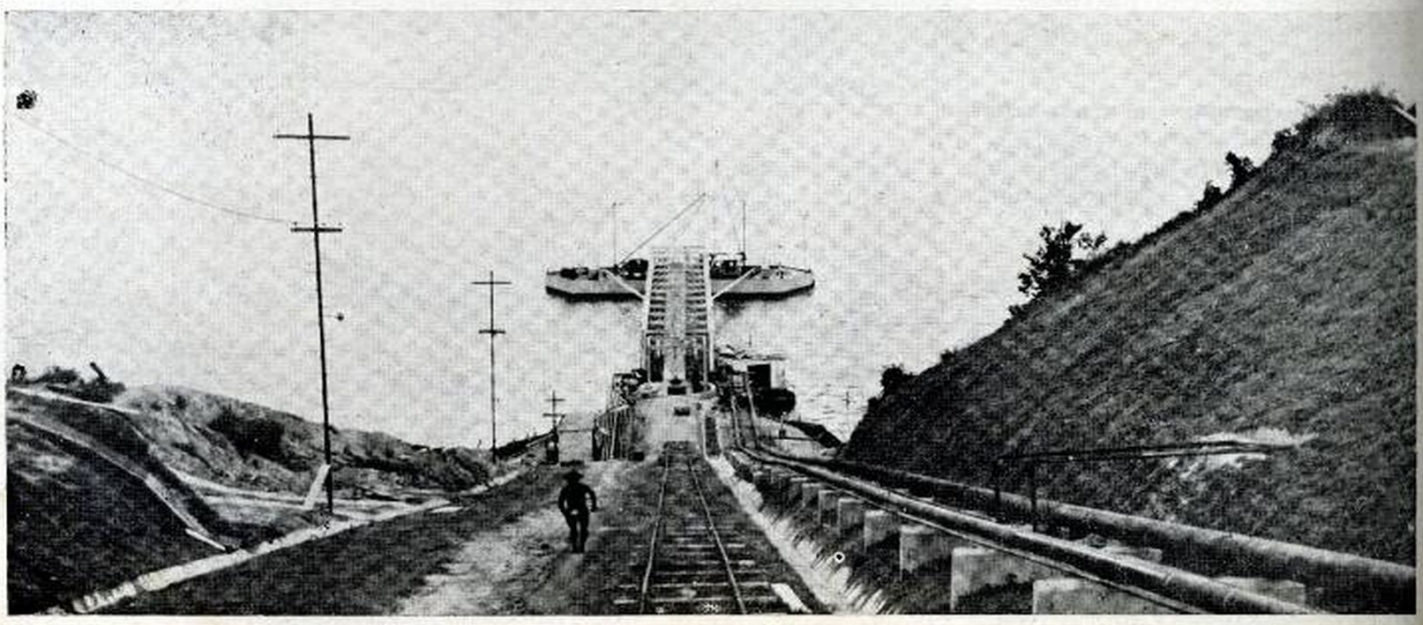
Foto que pertence hoje à nossa história do petróleo: o cel. Moura Carvalho, chefe de Gabinete da SPVEA, quando dava início ao abastecimento de Belém do Pará, no primeiro petroleiro que conduzia produtos destilados da Refinaria de Manaus.

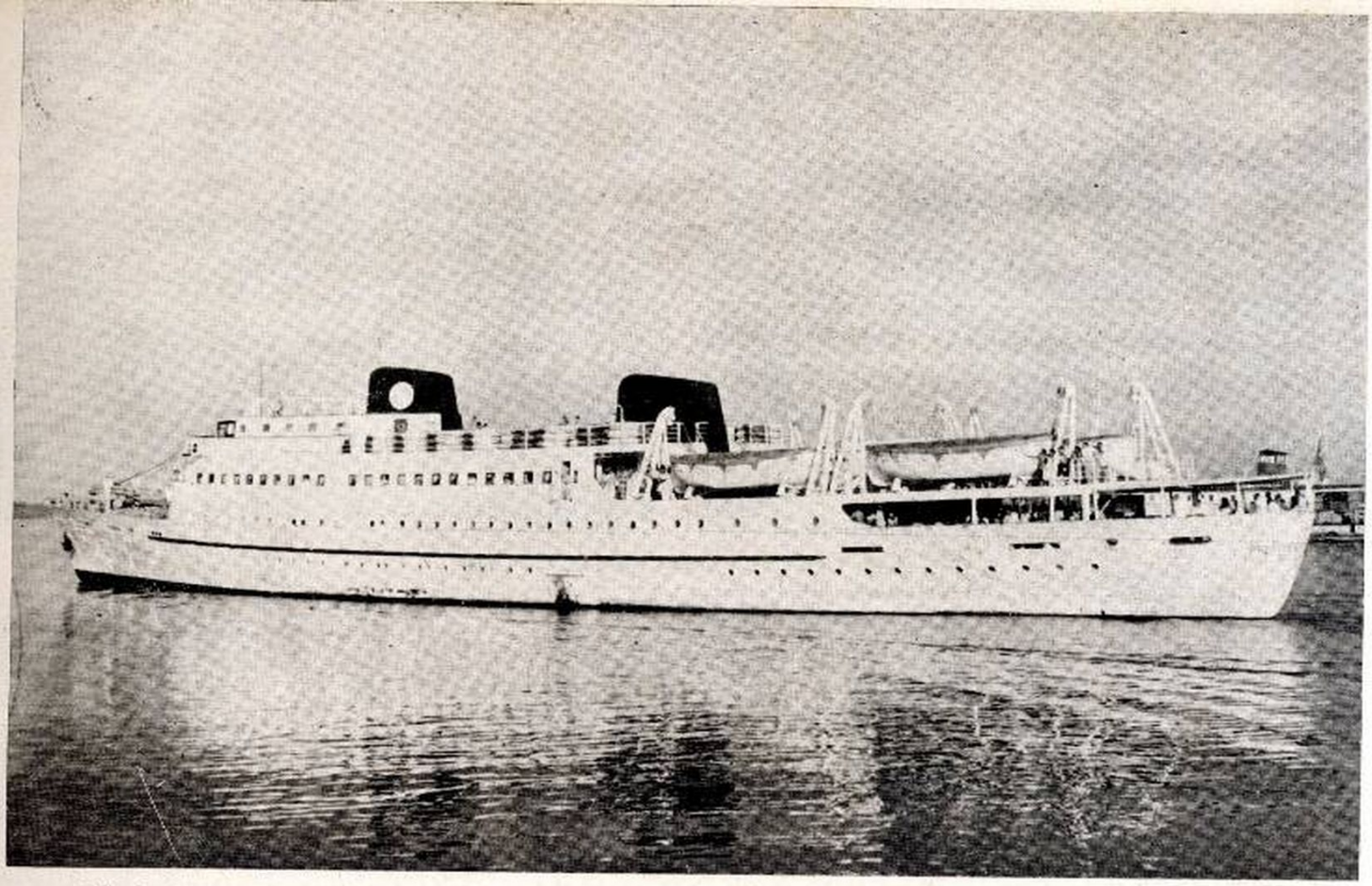
lume, pág. 87. Ver-se-á que a tabela é bem mais modesta. E, contudo, é adequada ainda, pois analizada por nutricionista do SAPS mostrou possibilitar cinco tipos diversos de dietas, tôdas com seu valor calórico superior a 4 mil calorias. (Anexo n.º 1).

Nem sempre, todavia, é possivel cumprir a tabela nas regiões limitrofes. Note-se a observação de n.º 2. A de número 3 prevê o fornecimento de peixe. Não existe pesca organizada, e poucas são as unidades de Front que podem adquirir carne verde. De sorte que, limitando-se às conservas, o regime alimentar dos homens é pobre de proteínas animais, o que se faz necessário corrigir. Há que começar por produzir racionalmente. Cultivadas e beneficiados o milho, o feijão, o arroz, a macaxeira e a mandioca, e obtidas as verduras e hortaliças, a colônia estará indene aos males originados nas hipovitaminoses mais comuns aos regimes de carência alimentar.

ALIMENTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
Açúcar	Quilo	0,140
Arroz	Quilo	0,150
Azeite vegetal (1)	Litro	0,020
Banha	Quilo	0,015
Café moído (6)	"	0,040
Carne de boi com 25% de ôsso (2)	"	0,400
Carne sêca (3)	"	0,250
Farinha de mandioca d'água	"	0,180
Farinhas diversas	"	0,040
Feijão	"	0,140
Leite (4)	Litro	0,200
Manteiga	Quilo	0,015
Massas para sôpa	"	0,020
Pão (5)	"	0,300
Pescado ou (3)	"	0,400
Bacalhau (3)	"	0,200
Sal fino	"	0,020
Vinagre	Litro	0,010
Mate em fôlhas	Quilo	0,010

EM MANAUS: condutos de abastecimento da Refinaria para o petroleiro.





Êste é o "Presidente Getúlio Vargas", da frota do SNAPP, órgão que superintende a navaegção na Amazônia.

O gado vacum, pelo menos inicialmente, entrará nas cogitações da colônia como produtor de leite, dêle não se cogitando para abate.

Há que recorrer à caça, complementarmente, e à criação de animais de corte, para aumentar, na dieta dos colonos, a taxa de alimentos de origem animal. Enquanto não se atingir êsse objetivo, caberá ainda à produção vegetal a tarefa de compensar, no pobre regime dietético da fronteira, a insuficiência de proteínas de origem animal.

De resto, é preciso melhorar as condições sanitárias locais, a começar pelo baixo padrão higiênico das habitações a terminar pelas obras de engenharia sanitária.

4. **As disponibilidades e possibilidades**

NAS 5 regiões onde, inicialmente ao menos, se tornará a colonização há possibilidades de desenvolver um plano visando:

— a produção racional, agrícola, dos alimentos básicos de que se compõe a dieta do soldado de hoje e colono de amanhã;
— o beneficiamento da produção agrícola e armazenagem do eventual excesso;
— a organização da pesca;
— a criação do gado vacum, de suinos e aves;
— e a incrementação da caça.

Evidente é que, dentre essas regiões, algumas há que se mostram mais suscetíveis de responder, de pronto, nos investimentos que se fizeram em tal sentido. Forte Príncipe da Beira, em Rondônia, e Clevelândia, no Amapá, mostram hoje melhores disponibilidades que Cucuí, Ipiranga e Japurá. (Anexo n.º 2).

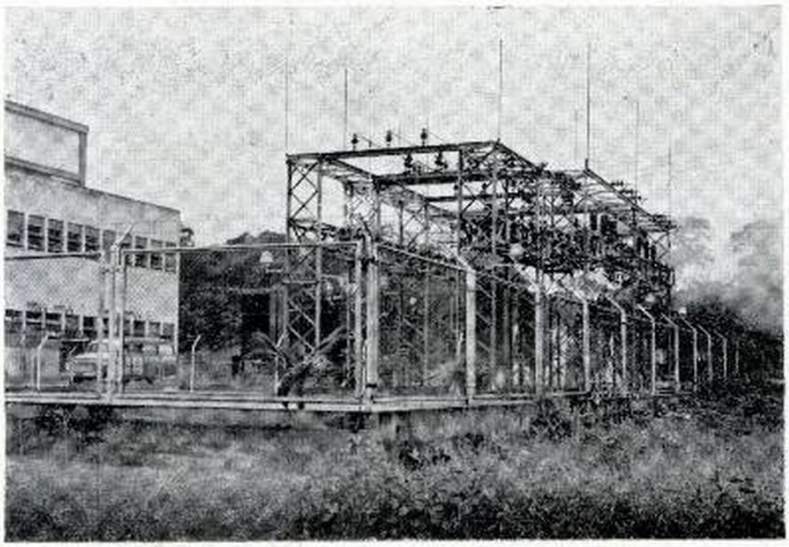
C — **AS NECESSIDADES**

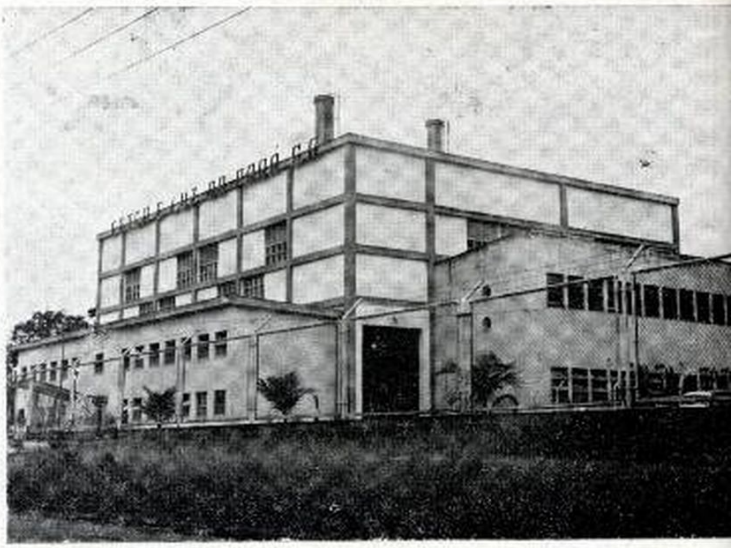
1. Produção agrícola dos elementos básicos

a) **Recenseamento**
Dados atuais, obtidos dos Cmts das Unidades de Fron consideradas neste Plano, mostram a seguinte distribuição.

POPULAÇÃO

Localidades	Maiores de 10 anos	Com de 10 anos e menores	TOTAL	OBS
Clevelândia	382	311	693	140 mil.
Ipiranga	142	117	259	50 "
Japurá	72	52	124	40 "
Cucuí	165	80	245	46 "
F. P. da Beira	160	120	280	48 "





Força e Luz do Pará S. A., cuja construção foi financiada pela SPVEA. Os trabalhos da primeira etapa estão concluidos: 15 000 kw dos 22 500 kw programados.

Separamos a população por idade em 2 grupos, um de maiores de 10 anos e outro até tal idade, para fins de raciocínio sôbre consumo/dia.

Com o aumento que advirá da transformação em colônias com aproveitamento do soldado atual e o recompletamento dos efetivos, dividimos as localidade em 2 espécies: a de 1000 hab e a de 500 hab, o que, evidentemente, não será atingido de pronto.

la de rações, que como vimos dá menor consumo que o previsto nos índices estipulados pelo PLANO Quinquenal da SPVEA, e no recenseamento, temos:

í — Consumo diário

b) **Produção necessária**

(1) **Qualidade**

(a) Agricultura de ciclo rápido, de subsistência e de eventual rendimento	(milho (arroz (feijão (mandioca e macaxeira
(b) Agricultura de ciclo longo, de rendimento	(seringueira (dendê (cacaueiro (cana de açucar
(c) Horticultura	(couve (alface (tomate (cebola (quiabo (maxixe (caruru
(d) Pomicultura	(banana (mamão (cítricas (buriti (muruci (abacaxi (abacate (goiaba (caju
(e) Forrageiras	— capim imperial — cana ferrageira

(a) Culturas de ciclo rápido

(2) Quantidade

Louvado na tabe-

O Governador Magalhães Barata e o Sr. Waldir Bouhid.

Espécie / Colônia	Arroz	Feijão	Farinha de mandioca	Farinha de milho	OBS
De 500 Hab	75 kg	70 kg	90 kg	25 kg	Considerando adultos e crianças com o mesmo consumo "per capita".
De 100 Hab	150 kg	140 kg	180 kg	50 kg	

ii — **Consumo anual**

Espécie / Colônia	Arroz	Feijão	Farinha de mandioca	Farinha de milho	OBS
De 500 Hab	27 ton	25 ton	33 ton	9 ton	Considerando adultos e crianças com o mesmo consumo "per capita".
De 1000 Hab	55 ton	51 ton	65 ton	18 ton	

(b) Hortaliças
Horta sortida, com 1 Ha para cada 150 habitantes.

(c) Fruticultura
Pomar com 3 Ha para colônia de 500 Hab e com o dôbro para 1000 Hab.

1 touceira de banana por habitante.

(d) **Cultura de ciclo longo (de rendimento)**

Seringueiras — plantio de 1500 pés pés por ano

Dendê — plantio de 1000 pés por ano

Cacau — plantio de 1000 pés por ano

Cana de açúcar — 5 Ha

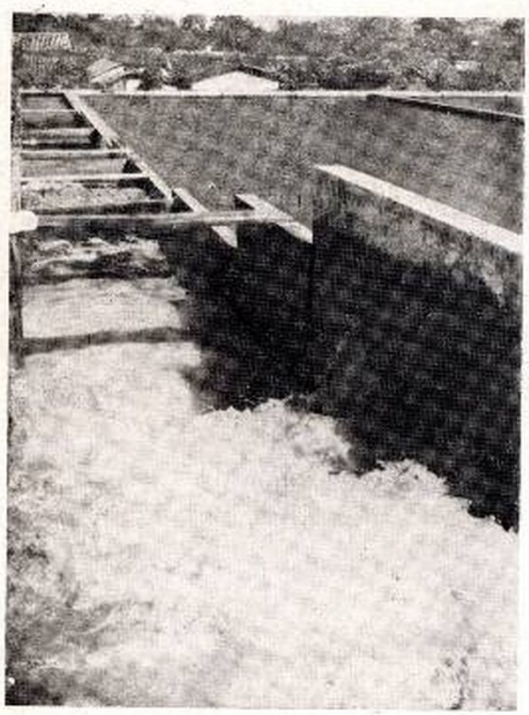
(e) **Forrageiras e alimentícias de gado e aves**

i. Capim e cana forrageira

1 Ha por cabeça de gado vacum estabulado

ii. milho:

2,5 kg cabeça vacum dia = 10 ton Ano Para 10 cabeças
0,1 kg cabeça ave dia = 3,5 ton Ano Para 100 bicos
0,5 kg cabeça suino dia = 5 ton Ano Para 30 cabeças
18,5 ton Ano (ração)



Abastecimento d'água: problema essencial de urbanismo nas principais cidades da região.

D — **RENDIMENTO DAS CULTURAS**

Dados médios, tirados da publicação "Faixa de fronteira" do IBGE, e outros, publicados no Plano Quinquenal da SPVEA, permitem chegar ao seguinte quadro:

DISCRIMINAÇÃO

	Espécie	Produção Média	Observações
De subsistência	Arroz	1 Ton|Ha|Ano	Produção de "terra firme"
	Banana	1000 cachos|Ha|Ano	
	Feijão	0,9 Ton|Ha|Ano	
	Mandioca ...	15 Ton|Ha|Ano	
	Milho	1 Ton|Ha|Ano	
	Batata Doce .	8 Ton|Ha|Ano	
	Tomate	1 Ton|Ha|Ano	Dados de valor discutível
	Abacaxi	2660 frutos|Ha|Ano	

De rendimento	Espécie	Produção Média	Observações
	Cacau	0,7 Ton Ha|Ano	
	Seringueira ..	Muito variável	
	Dendê		
	Cana de açucar	33 Ton Ha|Ano	

E — QUANTIDADE DE HECTARES A CULTIVAR

1. Para subsistência

Se desejássemos dar auto-suficiência às colônias no que tange aos alimentos básicos precisaríamos por ano:

a) — Colônias de 500 hab (tipos I)

Arroz	=27 Ton = 27Ha	A plantação em várzea ocupará bem menos
Feijão	=25 Ton = 28Ha	Basta computar 28 Ha, pois o milho é consorciado ao feijão na mesma área dêste.
Milho	= 9 Ton = —	
Mandioca	=132 Ton= 8 Ha	Considerar 1/4 como transformado em farinha
Hortaliças	= 4 Ha	
Fruticultura	= 3 Ha	
SOMA	= 70 Ha	

b) — Colônias de 1000 hab (tipo II)
Dobrar os números da alínea anterior, o que daria o

SOMA	= 140 Ha

2 — Para rendimento

Cacau:	2 Ha (625 pés| Ha
Seringueira:	3 Ha (500 pés| Ha
Dendê:	6 Ha (178 pés| Ha
Cana de açúcar:	5 Ha
SOMA	16 Ha por ano

3 — Para forragem

Milho: 18,5 Ha, em consórcio com feijão.
Capim: 10 Ha

4 — Total: Colônias tipo I : 96 Ha
" " II: 166 Ha

II — ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

A — OBJETIVOS

Dos subsídios estabelecidos segue a necessidade de o plano de emprêgo da verba atender aos seguintes aspectos:

1.º — plantio de 70 Ha nas colônias tipo I e o dôbro nas tipo II, só para agricultura de subsistência, para os gêneros básicos, além dos Ha necessários aos demais;

2.º — cultivo de 16 Ha para as culturas arbóreas, de rendimento, e de 10 Ha reservados às capineiras;

3.º — orientação técnica adequada ao colono;

4.º — criar suinos e aves para corte, organizar a pesca e incrementar a caça, para elevação da taxa de proteína animal no regime alimentar;

5.º — proporcionar leite de vaca ao menos para a população infantil;

6.º — oferecer ao soldado, "de quem é preciso fazer o colono", vantagens e atrações que o induzam a trocar a vida na caserna pela experiência colonizadora;

7.º — melhorar o índice higiênico e sanitário atual.

B — LINHA DE AÇÃO A ADOTAR

Fôrça é convir que, para tal quadro geral, não é possível solução integral e imediata.

A verba considerada, que se destina apenas a dar "início à instalação de colônias nas proximidades dos destacamentos de fronteira", está claro que não pode responder pela colimação de todos os objetivos selecionados na alínea anterior. Mas dar início, já o afirmaria o conselheiro Acácio, é começar. É com essa verba poderemos começar a marcha na direção de tais objetivos. Futuras consignações darão a êsse movimento, se bem sucedido, o vigor de que necessita para que sua missão chegue a bom têrmo.

Não poderemos plantar, de início, a totalidade dos hectares que o cálculo provou necessário. Mas iremos começar, pela metade, talvez por um têrço, pelo que possa render experiência e propiciar poupanças a serem, respectivamente, aproveitadas e reinvestidas no futuro imediato.

Não perdendo contato com a realidade, baixamos instruções visando assegurar medidas, por parte dos comandantes dos pelotões objeto do presente plano, de sorte que o empreendimento não pereça por descontinuidade de ação. (Anexo n.º 3). Como Comandante Militar da Amazônia achamos de bom alvitre baixar tais diretivas. Como Presidente da Comissão Militar de Estudos, criada para operar em estreita ligação com a SPVEA, no emprêgo das verbas que essa entidade nos proporciona, pesando bem os objetivos que elegemos em nosso estudo e os confrontando com o montante disponível resolvemos dar prioridade às tarefas a executar, de vez que não podemos atacá-las tôdas simultâneamente.

Isso se reflete na alínea seguinte.

C — **ORÇAMENTAÇÃO**

a.	Fomento Agrícola (Anexo n.º 4)	15%	Cr$	300.000,00
b.	Fomento Animal (Anexo n.º 4)	15%	Cr$	300.000,00
c.	Aproveitamento de Recursos Naturais	15%	Cr$	300.000,00
d.	Construções (Anexo n.º 4)	30%	Cr$	600.000,00
e.	Saúde (Anexo n.º 4)	5%	Cr$	100.000,00
f.	Educação Primária (Anexo n.º 4)	2%	Cr$	40.000,00
g.	Administração	8%	Cr$	160.000,00
h.	Eventuais	10%	Cr$	200.000,00

(a) **Gen. DÉCIO PALMEIRO DE ESCOBAR**

Cmt. Militar da Amazônia e da 8ª RM e Presidente da CME

ANEXOS

N.º 1

Valor calórico total: **4.487,4** calorias

Percentual: HC — 60% — Proteínas 16% — Gorduras 24%

Análise dos valores nutritivos de uma tabela, solicitada pela 8ª RM

Alimentos	Quant. grs.	Calorias	Hidratos de carbono	Proteínas	Gorduras
Açúcar	140	556,7	137,60	———	———
arroz	150	531,0	114,75	12,00	2,10
azeite vegetal	20	186,0	———	———	20,00
banha	15	136,6	———	———	15,00
café moído	40	76,6	0,92	5,54	5,64
farinha dágua	180	1.068,8	146,31	3,06	0,98
feijão	140	471,3	72,34	35,70	3,17
leite	200	131,0	9,00	7,00	7,00
manteiga	15	114,0	———	0,20	12,67
massa para sopa	20	69,8	13,80	22,38	0,18
pão	300	807,0	172,20	27,90	0,60
bacalhau	200	338,6	———	77,60	2,20
		4.487,4	666,92	181,98	69,54

Valor calórico total: **4.375,8** calorias

Percentual: — HC 72% — Proteínas 15% — Gorduras 13%

Alimentos	Quant. grs.	Calorias	Hidratos de carbono	Proteínas	Gorduras
Açúcar	140	556,7	137,60	———	———
arroz	150	531,0	114,75	12,00	2,10
banha	15	136,6	———	———	15,00
café moído	40	76,6	0,92	5,54	5,64
farinha	180	1.068,8	146,31	3,06	0,98
feijão	140	471,3	72,34	35,70	
leite	200	131,0	———	7,00	7,00
manteiga	15	114,0	9,00	0,20	12,67
massa para sopa	20	69,8	13,80	2,98	0,18
pão	300	807,0	172,20	27,90	0,60
carne conserva	300	411,0	———	66,00	15,00
		4.375,8	766,92	160,38	62,34

Nota: Êste cardápio, contém um porcentual muito baixo de gorduras.

ANEXOS N.º 2

Serviço de Alimentação e Previdência Social

Valor calórico total: **4.400,8** calorias

Porcentual: HC 60% — Proteínas 14% — Gorduras 26%

Alimentos	Quant. grs.	Calorias	Hidratos de carbono	Proteínas	Gorduras
Açúcar	140	556,7	137,60	———	———
arroz	150	531,0	114,75	12,00	2,10
banha	15	136,6	———	———	15,00
café moido	40	76,6	0,92	5,54	5,64
carne com ôsso	300	438,0	———	61,50	19,50
farinha dágua	180	1.068,8	146,31	3,06	0,98
feijão	140	471,3	72,34	35,70	3,17
leite	200	131,0	9,00	7,00	7,00
manteiga	15	114,0		0,20	12,67
massa para sopa	20	69,8	13,80	2,98	0,18
pão	300	807,0	172,20	27,90	0,60
		4.400,8	2.667,68	666,92	66,84

Valor calórico total: **4.469,8** calorias

Porcentual: HC 60% — Proteínas 13% — Gorduras 27%

Alimentos	Quant.	Calorias	Hidratos de carbono	Proteínas	Gorduras
Açúcar	140	556,7	137,60	———	———
arroz	150	531,0	114,75	12,00	2,10
azeite vegetal	20	186,0	———	———	20,00
banha	15	136,6	———	———	15,00
café moido	40	76,6	0,92	5,54	5,64
farinha dágua	180	1.068,8	146,31	3,06	0,98
feijão	140	471,3	72,34	35,70	3,17
leite	200	131,0	9,00	7,00	7,00
manteiga	15	114,0	———	0,20	12,67
massa para sopa	20	69,8	13,80	2,98	0,18
pão	300	807,0	172,20	27,90	0,60
peixe	40	261,0	———	48,00	6,30
		4.409,8	666,92	142,44	73,64

Valor calórico total: **4,604,8** calorias

Porcentual: HC 58% — Proteínas 15% — Gorduras 27%

Alimentos	Quant grs.	Calorias	Hidratos de carbono	Proteínas	Gorduras
Açúcar	140	556,7	137,60	———	———
arroz	150	531,0	114,75	12,00	210
banha	15	136,6	———	———	15,00
café moido	40	76,6	0,92	5,54	5,64
carne séca	250	642,0	———	87,50	30,10
farinha dágua	180	1.068,8	146,31	3,06	0,98
feijão	140	471,3	72,34	35,70	3,17
leite	200	131,0	9,00	7,00	7,00
manteiga	15	114,0	———	0,20	12,67
massa para sopa	20	69,8	13,80	2,98	0,18
pão	300	807,0	172,20	27,90	0,60
		4.604,8	666,92	181,88	77,44

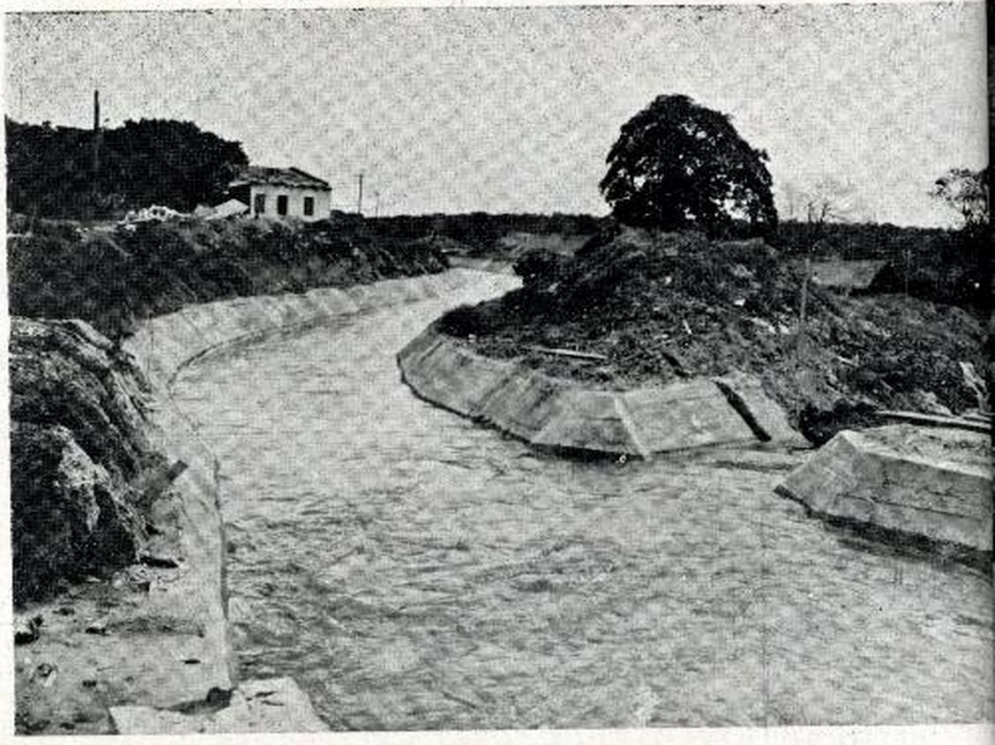
As tabelas acima foram analisadas no S.A.P.S.

(A) Carmendora Ferreira. Nutricionistas...

PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

Situação atual dos Elementos de Fronteira

Espécies / Unidades	VEGETAIS			ANIMAIS			
	Horta	Pomar	Culturas diversas	Aves e Aviários	Suínos e pocilgas	Bovinos e curral	Pesca
Front. 1.º/2.º Pel. de (Clevelândia)	3 Ha, produção variada	5 pomares com certo número de árvores frutíferas de diversas espécies	2 capinzeiras com produção de capim gordura, colônia e imperial, e canarana	Com 3 plantéis, 2 galinheiros telados e 41 aves	4 cabeças c/ pocilga	1 curral c/ 10 cabeças, sendo 1 reprodutor.	Não organizada mas é viável no Oiapoque.
2.º Pel. Front. (Ipiranga)	Muito rudimentar	Não há	Não há	Não há	Não há	4 cabeças de gado comum	Não organizada: fartura de peixes no rio Iaú em Fev. e de Jun. a Nov.
3.º Pel. Front. (Japurá)	Não existe	Um pequeno pomar com frutíferas umas e citeiras.	Não há, exceto pequenas experiências com arroz	1 galinheiro cercado, prod. 3 ovos diários.	Pequena criação solta.	1 touro 4 vacas 7 bezerros	Exercida pelos índios
4.º Pel. Front. (Cucuí)	Em desenvolvimento	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não organizada. Fartura de peixe de Set. a Nov.
5.º Pel. Front. (P. Príncipe)	3 Ha com produção variada	em formação c/ duzentas bananeiras, 50 mamoeiros e menor número	Área de 10.000 m2 c/ macaxeira e milho	Criação incipiente. Produz 8 ovos por d. N/ tem aviário	Pequena criação em chiqueiro.	1 curral com 1 vaca e 1 bezerro.	Não organizada. Fartura de peixe de Set. a Dez. Tartaruga em abundância



Trabalhos de retificação de curso no Rio Casca, em Mato Grosso, cujas águas acionam a hidroelétrica local. Trata-se de uma das obras do plano de eletrificação financiada pela SPVEA

ANEXO 3

1 — A criação de um pôsto colonial na fronteira da Amazônia é tarefa ingente, que demanda tempo, grande e continuado afluxo de recursos, ação pertinaz e orientação segura dos dirigentes. Um pelotão de fronteira é elemento de fraco potencial para levá-la a efeito em boas condições.

A colônia militar ou o núcleo colonial têm a sua constituição e regime de vida regulados por lei. Destinam-se a fixar colonos em áreas prèviamente escolhidas por suas possibilidades econômicas. Visam à produção para o abastecimento do mercado exterior à própria colônia, o que pressupõe uma política de crédito, de transporte, de ensilagem e armazenamento, etc...

2 — Os postos militares coloniais que a 8.ª RM, com a ajuda financeira da SPVEA, está empenhada em instalar na fronteira são organizações mais simples e de finalidade imediata mais restrita. São os próprios postos militares existentes, cuja localização obedeceu exclusivamente a consideração de segurança, os quais, acrescidos de algumas instalações e submetidos a um regime adequado. se transformam em centros de produção de subsistência para a população local, sem prejuízo de sua missão de segurança. O pessoal militar dos postos é o elemento essencial da atividade produtora, mas o pessoal civil dela participará nas condições que forem prescritas no respectivo regimento.

3 — Um pôsto militar colonial compreende os militares em serviços ativo do elemento que o guarnece, e respectivas famílias, os reservistas que nêle se queiram radicar, os civis moradores na área de jurisdição do pôsto e os colonos que para ela sejam encaminhados.

4 — Os direitos e deveres dos moradores do pôsto militar colonial são regulados em Instruções especiais aprovadas por Decreto.

5 — O pôsto militar colonial erigir-se-á com o tempo em foco espontâneo de atração de povoadores dispersos da fronteira, como centro de produção, de civilização, de bem-estar e segurança, eis que ao lado do alimento aí encontrarão êles o ensino, os cuidados médicos, a assistência técnica ao trabalho, a recreação, a assistência espiritual, além da segurança individual e coletiva.

6 — Em seu desenvolvimento completo, o pôsto deve compreender, em área perfeitamente delimitada e incorporada ao patrimônio do Exército, o seguinte:

- — o quartel e suas dependências;
- — a vila residencial;
- — o centro de recreação;
- — a granja;
- — os lotes coloniais;
- — a área florestal;
- — o campo de pouso de aviões;
- — as instalações industriais.

7 — A Zona de cada uma das dependências do pôsto deve ser bem caracterizada, delimitada e de suficiente amplitude para atender não só as necessidades atuais como ao seu desdobramento no futuro.

8 — A vila residencial deve obedecer a um traçado regular com arruamentos, passeios, praça e bosque (eventualmente). Êste traçado será materializado no terreno pela implantação dos arruamentos devem ter 30 m de largura, inclusive os passeios laterais orlados de árvores de sombra.

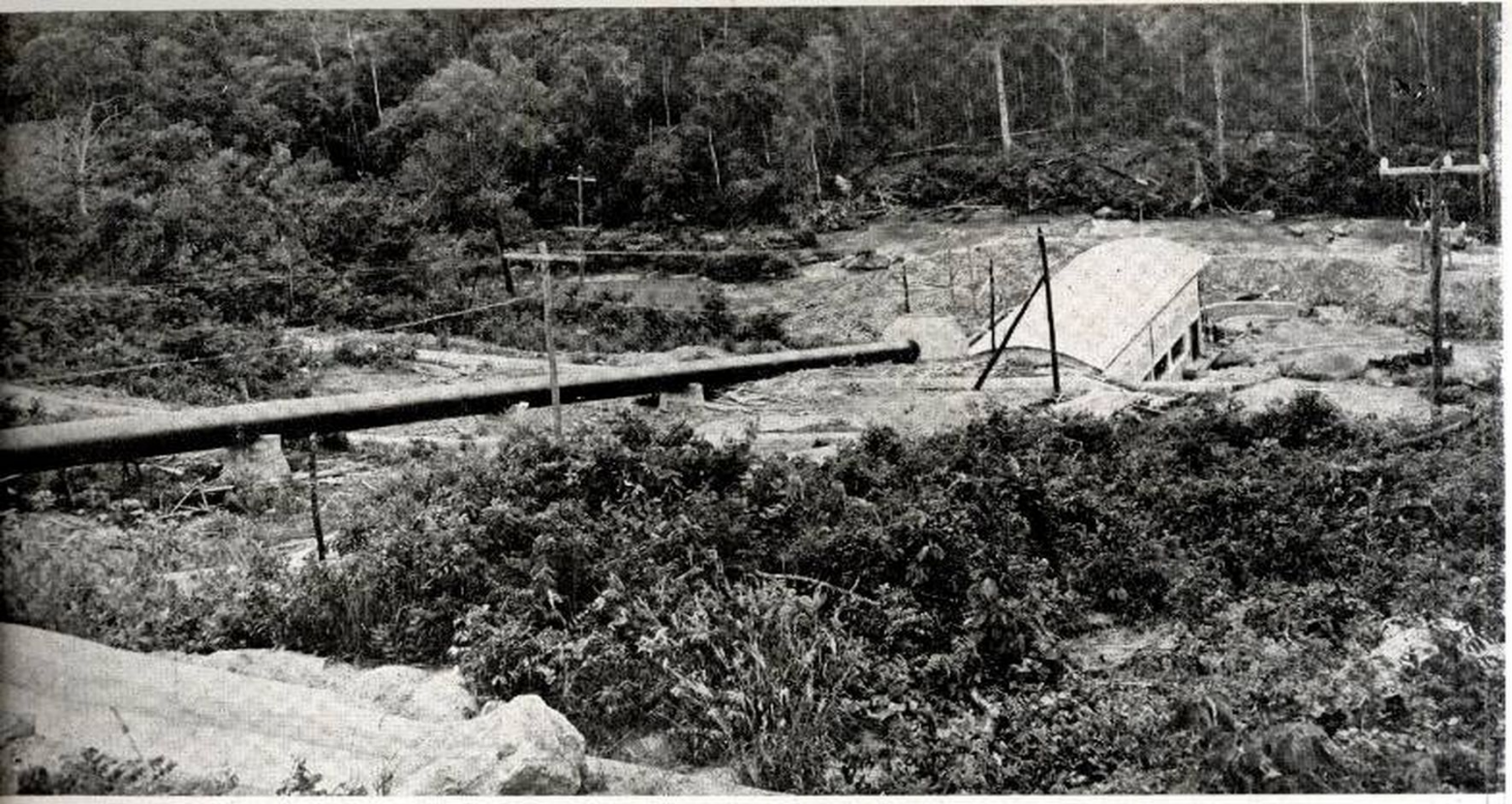
Os quarteirões terão 100 x 100m e os lotes residenciais 25x50 e 25 x 25.

As construções obedecerão rigorosamente aos alinhamentos estabelecidos.

9 — O centro de recreação deve compreender um campo ou praça de desportes e, quando possível, um prédio com sala de cinema, salas para jogos de salão, baile, etc...

10 — A granja deve abranger áreas, contíguas ou não, dedicadas a horticultura, pomicultura, outros tipos de cultura, pastagens, criação de aves, porcos, cabras, gado vacum e cavalar, etc...

11 — Os lotes coloniais terão de 15 a 25 Ha, com saída para uma estrada, caminho ou picada que conduza à vila.



12 — A área florestal do pôsto será constituída pela de cada lote colonial (1/4 de lote) e mais a que fôr reservada para o próprio elemento de fronteira que guarnece o pôsto.

13 — Sempre que possível, será construído na área de jurisdição de elemento de fronteira um campo de pouso de 1350 x 30 m.

14 — As instalações industriais compreendem essencialmente a olaria e a serraria, que serão implantadas onde as condições locais favoreçam o trabalho.

15 — Conhecida assim a concepção geral de um pôsto militar colonial completo, é preciso orientar desde já as atividades e o desenvolvimento dos postos atuais no sentido da realização dêsse conceito.

Não se pode contar desde logo com o concurso de topógrafo, como seria de desejar, para o levantamento da área de cada pôsto, a qual deve ser de 10.000 Ha, a sua demarcação e a sua distribuição por entre as dependências e instalações diversas. Há, entretanto, necessidade de submeter à disciplina de um plano, ainda que muito geral, e crescimento e o trabalho dos postos.

16 — Nestas condições, recomendo aos Cmts. de elemento de fronteira a transformar em postos militares coloniais que elaborem um plano sumário dos respectivos postos, em que se assinalem as diversas áreas, a planta do quartel e os traçados atual e futuro da vila residencial e das demais dependênciás.

Uma vez aprovado pelo Cmt. da Região, êsse plano servirá de guia ao Cmt. do elemento de fronteira no seu trabalho de ordenação e desenvolvimento do pôsto. As construções existentes que não se enquadram no plano serão conservadas até o seu perecimento ou abándono. Todavia, não serão admitidas novas construções que o contrariem. Em particular, nenhuma residência poderá ser construída sem prévia aprovação do Cmt. do pôsto.

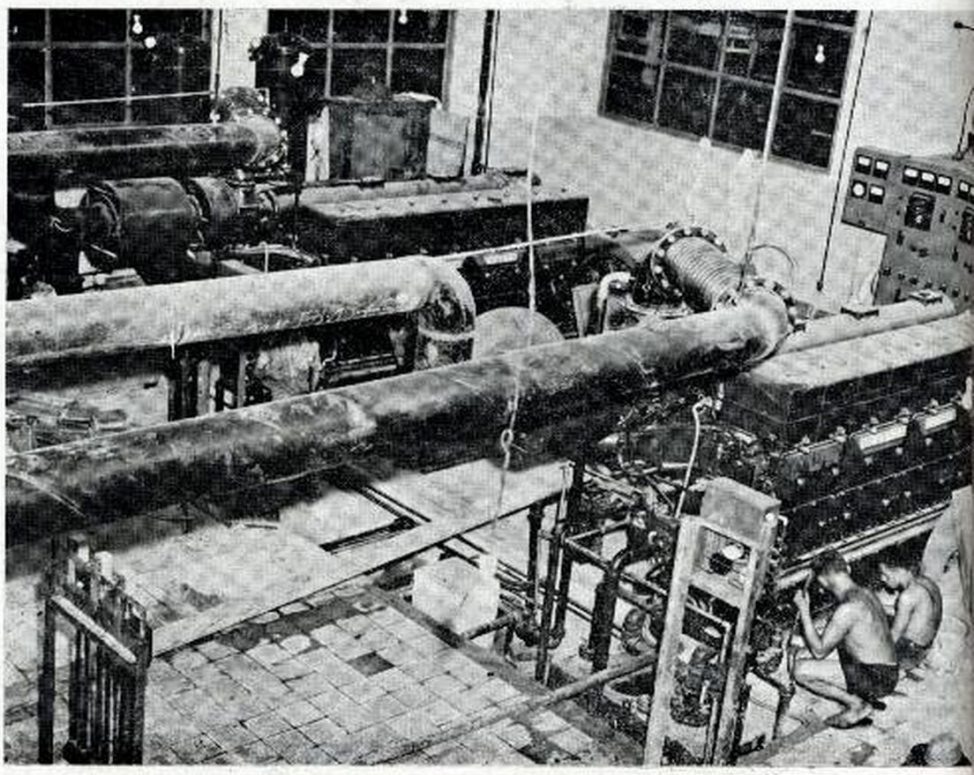
17 — Anualmente será submetido pelo Cmt. do pôsto ao do C E F um programa das atividades que o pôsto se propõe a executar no ano seguinte:

- — Construções
- — Instalações
- — Produção industrial (tijolos, telhas, madeira, carvão, etc.).
- — Beneficiamento da produção agrícola (milho, farinha, arroz etc.).
- — Saúde
- — Vias de transporte
- — Equipamento
- — Comunicações
- — Assistência espiritual e religiosa.

No tocante à produção agrícola os Cmts. dos postos deverão ter por escôpo atingir o desenvolvimento a seguir:

a) Clevelândia

Arroz	18 Ha
Feijão e milho	18 Ha (9 para milho consorciado ao feijão)
Mandioca	5 Ha
Hortaliças	4 Ha
Pomicultura	3 Ha (Além de 1 touceira de banana por pessoa
Seringueiras	1.500 pés por ano
Dendê	1.000 " " "
Cacau	1.000 " " "
Cana de açúcar	4 Ha
	5 Ha (com capim imperial, ou outra aconselhável à região).



Êstes são os novos geradores do serviço municipal de fôrça e luz financiado pela SPVEA

b) Forte Principe da Beira, Cucuí, Ipiranga e Japurá.

Arroz	10 Ha	
Feijão e Milho	10 Ha	(consorciadas as culturas)
Mandioca	3 Ha	
Hortaliças	2 Ha	
Pomicultura	3 Ha	(além de 1 touceira de banana por pessoa)
Seringueiras	1.500 pés/ano	
Dendê	1.000 " "	
Cacau	1.000 " "	
Cana de açúcar	2 Ha	
Capineiras	5 Ha	(com capim imperial ou outro aconselhável à região).

18 — Sob a epígrafe "Construções" serão mencionados não só os prédios a construir, modificar ou reparar, mas também os arruamentos, praças, campos de desportos, campo de pouso, etc. a preparar.

Sob as demais epígrafes devem ser mencionadas as questões abaixo enumeradas, além de outras pertinentes:

— **Instalações:** Construção, melhoria, ampliação ou reparos de sistemas de esgotos, iluminação, drenagem, olaria, oficinas, fornos, máquinas de beneficiamento de produção, etc.

— **Produção Industrial:** previsão sôbre fabricação de tijolos, telhas, carvão, artigos de madeira, embarcações, viaturas, etc.

— **Beneficiamento da produção agrícola:** previsão sôbre o fabrico de farinha, o beneficiamento de arroz e de outros produtos agrícolas.

— **Agricultura:** área a desmatar (Extensão em Ha); área a cultivar; distribuição da área a cultivar por tipo de cultura; arborização de aquartelamento, vila residencial e outras áreas; necessidades de sementes e mudas, de ferramentas, de inseticidas, formicidas etc.

— **Criação — Avicultura — Raças a criar** — O problema das rações — Imunização das aves, etc.

— **Suinocultura** — Obtenção de reprodutores — Número médio de cabeças a manter — O problema da ração.

— **Criação de gado** — Número de cabeças a manter — Alimentação, etc.

— **Ensino** — Previsão de matrículas — Turnos de funcionamento da escola — Professores.

— **Saúde** — Pôsto médico — Maternidade — Gabinete odontológico — Assistência farmacêutica, etc. — Combate as moléstias infecciosas.

— **Comunicações** — Novas instalações — Melhoria do pôsto rádio.

— **Vias de transporte** — Picadas a abrir — Caminhos a preparar.

19 — O Chefe do pôsto deve empenhar-se em prover assistência médica, dentária, educacional, religiosa, espirtual e técnica agrícola e de criação a todos quantos vivam no pôsto e dela careçam.

20 — As praças exercerão atividades em favor dos elementos de fronteira, mas o Cmt. do pôsto deve proporcionar-lhe

folgas para que elas cuidem dos seus próprios afazeres.

21 — A praça casada ou que viva com a família no pôsto terá direito a um lote residencial, que deverá cultivar.

22 — Só a reservistas ou a colonos civis serão concedidos lotes rurais.

23 — Todo morador do pôsto está sujeito à disciplina do respectivo regimento interno.

(a) Gen Décio Palmeiro de Escobar

Cmt. Militar da Amazônica e 8.ª RM e Presidente da Comissão Militar de Estudos (C M E)

ANEXO N.º 4 — Distribuição do emprêgo da verba

1. FOMENTO AGRÍCOLA	
a. Pesquisas do solo para orientar as culturas.	
b. Implementos agrícolas.	
c. Aquisição de sementes e mudas	
d. Desmatamento parcial e preparo da terra para a agricultura	
e. Defesa Sanitária Vegetal (formicidas e fungicidas)	300.000,00
2. FOMENTO ANIMAL	
a. Aquisição de gado vacum para leite	
b. " " suinos	
c. " " asininos para tração	
d. " " aves para criação	
e. " " chocadeiras e campânulas	
f. " " rações balanceadas	
g. " " material para pesca em pequena escala	
h. Defesa Sanitária Animal	300.000,00
3. APROVEITAMENTO DE RECURSOS NATURAIS	
Aquisição de um núcleo de serraria	300.000,00
4. CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES	
Pavilhão rancho do pôsto colonial Forte Príncipe da Beira	600.000,00
5. SAÚDE	
a. Serviços Básicos de Saneamento	
Abastecimento de água (encanamento)	
Fossas higiênicas para habitações	
Melhoria das condições das habitações	
b. Campanha contra doenças transmissíveis	
c. Assistência médico-sanitária	
Material para Gabinete Odontológico em Forte Príncipe da Beira	100.000,00
6. EDUCAÇÃO PRIMÁRIA	
Livros didáticos e material escolar	40.000,00
SOMA	1.640.000,00
ADMINISTRAÇÃO E EVENTUAIS	360.000,00
TOTAL	2.000.000,00

ANEXO N.º 5

SPVEA: SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Front: Fronteira
Pel: Pelotão de Infantaria
Cia: Companhia de Infantaria
Dest: Destacamentos militares de armas diversas
CAF: Correio Aéreo de Fronteira — Viagem mensal de aviões "Catalina", da 1ª Zona Aérea que, saindo de Belém, percorrem em média de 18 dias, todos os elementos destacados nas fronteiras.
ERS|8: Estabelecimento Regional de Subsistência da 8.ª Região Militar
Cmt: Comandante
Sd: Soldado
Ha: Hectares
Hab: Habitantes
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

★
★ ★

JÁ vimos que na Amazônia os problemas se entrosam: é uma vasta rêde de aspectos, entre os quais uma chamada participação militar — sem que se possa confundir com o que se chama, comumente, de militarismo — toma lugar de primeira grandeza, porque se trata de colonizar antes de tudo.

De modo que a SPVEA, ao ser constituída, já encontrou autênticas afirmações de posse nos longes das fronteiras, verdadeiros núcleos de raízes geográficas e jurídicas. Escassos, é certo, mas ativos. Marcos da presença nacional representada pelo Exército. Única fôrça viva, orgânica, a dizer da integração dêsses territórios na comunidade nacional.

Mas, afora o que ficou esclarecido, que é enfim a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia? Um plano simplesmente? Um arrolamento de providências administrativas, esquematizadas e a seguir entregue a uma equipe de burocratas?

O Balanço Financeiro da SPVEA referente ao exercício de 1956 é de viva atualidade. Torna-se, portanto, indispensável, nessa apreciação, seja transcrita parte do ofício dirigido ao Sr. Presidente da República, com alguns esclarecimentos essenciais:

"Na conformidade dos dados do referido Balanço, a administração atual (dr. Waldir Bouhid) recebeu da anterior, no ato de sua investidura, a quantia de Cr$ ..... Cr$ 241.724.406,90 (duzentos e quarenta e um milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e seis cruzeiros e noventa centavos), distribuidos em depósitos nos Bancos do Brasil e de Crédito da Amazônia e na Caixa Econômica, bem como saldo disponível em caixa.

Em cumprimento ao artigo 199 da Constituição Federal, completado pelo artigo 8.º, § 1.º letra a, da Lei n.º 806, de 6 de janeiro de 1953, e pelo artigo 2.º do Decreto Federal n.º 34.132, de 9 de outubro de 1953, a União entregou ao atual Superintendente, no exercício referido, um total de Cr$ 924.695.166,50 (novecentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos), correspondente às quotas de 1954, 1955 e de janeiro a maio de 1956.

Ainda atinentes às quotas dos mesmos exercícios, a SPVEA recebeu dos Estados e Municípios a importância de Cr$ 5.372.903,10 (cinco milhões, trezentos e setenta e dois mil, novecentos e três cruzeiros e dez centavos).

Além da receita referida, foi recolhida à SPVEA a quantia de Cr$ Cr$ 15.283.288,10 (quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros e dez centavos), proveniente de juros bancários, revenda de material e depósitos diversos.

Somadas as parcelas acima, a Receita, efetivamente recolhida à SPVEA, no exercício de 1956, atingiu à quantia de Cr$ 945.351.357,70 (novecentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e sete cruzeiros e setenta cntavos), que, adicionada ao saldo da administração anterior, de Cr$ 241.724.406,90 prefaz um total de Cr$ ..... Cr$ 1.187.075.764,60 (um bilhão, cento e oitenta e sete milhões, setenta e cinco mil, setecentos e ses-

MINISTÉRIO DA GUERRA

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

8.ª REGIÃO MILITAR

COMISSÃO MILITAR DE ESTUDOS (CME)

Quadro de Distribuição de Obras e Serviços

"PLANO 17 (P-17)"

NATUREZA	LOCAIS									VALOR TOTAL (CR$)
	Clevelândia	Forte Príncipe da Beira	Cucuí	Japurá	Ipiranga	Manáus	Belém	GEF (Manáus)	SOMA	
A — Construções										
1 — Casa para Cmt. e Chefe da Colônia	1	1	1	1	1	-	-	-	5	2.544.821,50
2 — Unidade sanitária (Enfermaria, Maternidade e Farmácia) ...	-	1	-	-	-	-	-	-	1	731.364,60
3 — Escola Rural com casa para professor	1	-	-	-	-	-	-	-	1	677.493,40
4 — Estábulo para 10 animais	1	1	-	-	-	-	-	-	2	483.160,00
5 — Pocilga	-	1	-	-	-	-	-	-	1	308.302,20
6 — Aviário para 500 poedeiras	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1.556.824,60
7 — Caixa dágua ...	-	1	-	-	-	-	-	1	1	100.000,00
8 — Estrumeira	1	1	-	-	-	-	-	-	2	60.000,00
						TOTAL				6.461.966,30
B — Meios de transporte Fluvial										
1 — Lancha "Amazonas" (recuperação, inclusive do motor de 36 HP)	-	-	-	-	-	-	-	1	1	236.500,00
2 — Chata para 60 ton.	-	-	-	-	-	-	-	1	1	520.000,00
3 — Lancha para 15 ton. (exclusive o motor)	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1.800.000,00
4 — Meio pontão de duralumínio (recuperação)	-	-	-	-	-	-	-	-	8	32.000,00
5 — Bote de assalto M2 (adaptação)	-	-	-	-	-	-	-	-	20	32.000,00
6 — Motor "Diesel" marítimo MWM 86, para a lancha "Amazonas' . ..	-	-	-	-	-	-	-	1	1	630.000,00
						SOMA PARCIAL				3.250.500,00

senta e quatro cruzeiros e sessenta centavos).

Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a despesa, no exercício em questão, foi distribuída da seguinte forma:

Para cumprimento de Convênios firmados em 1954, 1955 e 1956	858.240.899,80
Serviços diretamente administrados pela SPVEA, englobando obras em prosseguimento e conclusão referentes ao exercício de 1954, 1955 e 1956 ..	20.742.759,60
Para o Programa da Missão Florestal (FAO)	12.541.225,40
Pessoal	34.254.108,10
Material Permanente	3.194.755,10
Material de Consumo	2.622.079,90
Encargos Diversos	7.334.530,40
Adiantamentos p/ conta de Convênios firmados	20.931.363,00

A soma das importâncias antes discriminadas importa na despesa total de Cr$ 959.861.721,10 (novecentos e cinquneta e nove milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e um cruzeiros e dez centavos), o que equivale a passar para o exercício de 1957 um saldo de Cr$ 227.214.043,50 (duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e quatorze mil, quarenta e três cruzeiros e cinquenta centavos).

Verifica-se que, em relação à parte das dotações pagas à SPVEA, na quatia de Cr$ 945.351.357,70, a despesa geral com a administração, da ordem de Cr$ 47.405.473,50, representa 5,2% daquele total, enquanto que a despesa específica com Pessoal de Cr$ 34.254.108,10, exprime 3,6%.

Limitou-se, portanto, esta Superintendência na esfera dos gastos relacionados à economia interna da SPVEA — dentro da qual tem executado a política de compressão de despesas recomendada por Vossa Excelência —, a aplicar somas muito aquém da disponibilidade que lhe faculta o § 3.º do Artigo 8.º do Decreto n.º 34.132, de 9 de outubro de 1953, segundo o qual o cômputo geral das despesas administrativas poderá ir até 8% das dotações orçamentárias, consignadas anualmente à execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia."

NATUREZA	LOCAIS									VALOR TOTAL (CR$)
	Clevelândia	Forte Príncipe de Beira	Cucuí	Japurá	Ipiranga	Manáus	Belém	GEF (Manáus)	SOMA	
										3.250.500,00
B — **Meios de transporte Fluvial**										Soma Parcial
7 — Motor de pôpa "Archimedes" de 10/12 HP	1	1	1	1	1	-	-	-	5	250.000,00
8 — Motor de pôpa "Ponta" de 4/5 HP	1	1	1	1	1	-	-	-	5	200.000,00
						TOTAL				3.700.500,00
C — **Instalações Industriais**										
1 — Fábrica de farinha de mandioca, tipo "Colonial"	1	1	-	-	-	-	-	-	2	400.000,00
2 — Conjunto de beneficiamento de arroz	1	1	-	-	-	-	-	-	2	100.000,00
3 — Conjunto de beneficiamento de milho	1	1	-	-	-	-	-	-	2	100.000,00
4 — Instalações mecânica para acionamento do conjunto (sem motor)	1	1	-	-	-	-	-	-	2	100.000,00
						TOTAL				700.000,00
D — **Comunicações**										
1 — Transmissor tipo TR-1K-O1A, potencial 1 Kw, onda tipo A1, completo	-	-	-	-	-	1	-	-	1	299.728,00
2 — Grupo gerador a gasolina, c/ potência efetiva de 2,5 Kw, tipo 205-B14-536-T1	1	1	1	1	1	-	-	-	5	263.000,00
3 — Gerador de 6 Kw									2	180.000,00
						TOTAL				742.728,00
CBS.: O restante do equipamento necessário será fornecido pela Dir. Com.										

1956: OBRAS CONCLUÍDAS

RESTRINGIMO-NCS sòmente a 1956, último ano findo, cujos dados referentes à administração Waldir Bouhid representam valiosa contribuição da SPVEA no desenvolvimento da região amazônica. Eis as obras, discriminadas por Estado e setor:

I) **No Estado do Pará**

Energia

1) — Fôrça e Luz do Pará S/A — 1a. etapa 15.000 kw. Município de Belém.

2) — Luz da sede do Município de Nova Timboteua.

3) — Luz do povoado Benevides (Município de Ananindeua).

Saúde

1) — Instituto de Higiene do Pará anexo à Faculdade de Medicina.

2) — Sanatório de Tuberculose de Belém, com 200 leitos (Hospital Barros Carreto).
3) — Serviços de Água dos Municípios: Bragança, João Coelho e Salinas, em convênio com o SESP — concluído, por inaugurar.
4) — Conclusão do dispensário de lepra, em Belém.

Educação

1) — Escola Agro-Artesanal de Marapanim, aquisição e instalação dos equipamentos. — Concluído, por inaugurar.
2) — Reabertura da Escola Química Industrial do Pará, em funcionamento.
3) — Bibliotecas dos Municípios de Bragança e Santarém.

Produção

1) — Núcleo Colonial do Guamá em pleno funcionamento.
2) — Silo de Belém, em convênio com os SNAPP.

Recursos Naturais

1) — Reconhecimento geológico para pesquisas de calcário nas regiões de Bragança e Baixo Amazonas. Concluída.
2) — Levantamento aerofogramétrico da Bacia do Tocantins para pesquisas de carvão, diamantes, quartzos e navegação. — Concluído.

Bibliotecas

1) — Nas cidades de Abaetatuba, Alenquer, Cametá, Capanema, Curuçá, Igarapé-Açú, Soure e Vigia.

II) NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE;

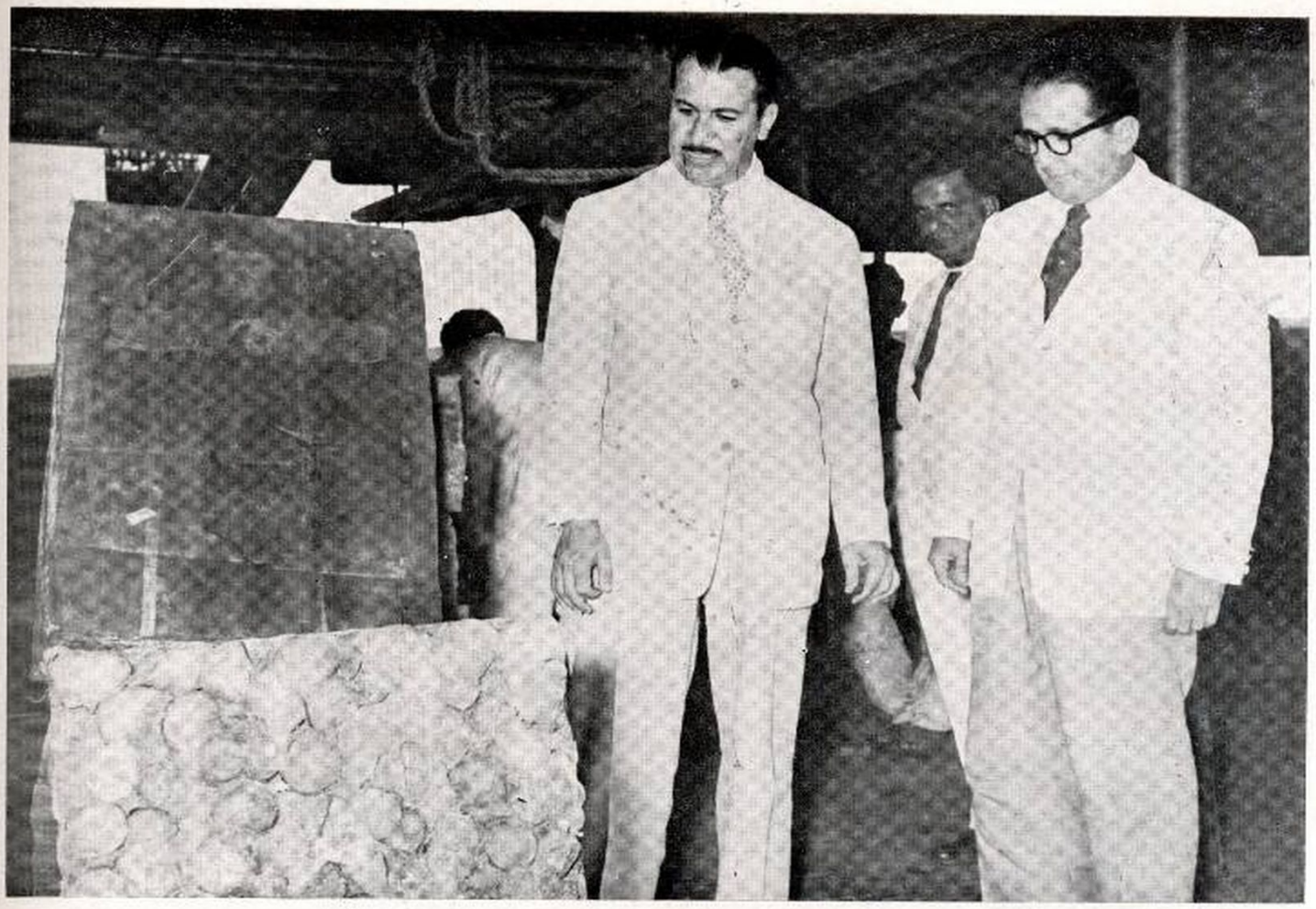
Rodovia

1) — 45 quilômetros de estrada de rodagem Rio Branco-Bôca do Acre.

Construções Rurais

1) — Usina de beneficiamento de produtos agrícolas na Colônia Mâncio Lima.
2) — Usina de beneficiamento de produtos agrícolas na Colônia de Flávio Batista.
3) — Prédio, conjunto mecanizado da Colônia Agrícola Custódio Freire.

NATUREZA	LOCAIS									VALOR TOTAL (CR$)
	Clevelândia	Fonte Principe de Beira	Cucuí	Japurá	Ipiranga	Manáus	Belém	GEF (Manáus)	SOMA	
E — Viaturas e Equipamentos diversos.										
1 — Caminhão comercial de 6 ton.									5	
2 — "Jeep" agrícola c/tomada de fôrça traseira, reboque e implementos agrícolas (inclusive serra)									5	
									2	
3 — Camioneta rural										
						SOMA PARCIAL				1.500.000,00
4 — Motor "Diesel" . estacionário, de 10 a 60 HP										
5 — Motor "Diesel" marítimo de 70 a 90 HP, para as lanchas a construir									3	
6 — Pequeno equipamento para serraria (eixo para serraria (eixo p/ serra circular, eixo p/tupia, fôlhas de serra, etc.										
7 — Pequeno equipamento mecânico (2.º e 3.º escalões) para motor "Diesel' marítimo e estacionário										
8 — Implemento agrícola p/tratação animal (arados de disco, grades, cultivadores, etc.										
						SOMA PARCIAL				1.500.000,00
OBS.: As aquisições acima serão precididas nos EE.UU., mediante concessão de US$ 60.000,00 em cambiais destacadas no pedidos das necessidades do MG para o 2.º semestre de 1956.										
						SOMA TOTAL .				3.000.000,00
F — TRANSPORTE, FRETES, ETC.										1.400.000,00
G — ADMINISTRAÇÃO E EVENTUAIS										1.014.805,70



Preocupado em ampliar a produção de borracha, o dr. Waldir Bouhid inspeciona carga destinada às indústrias do sul do País, em companhia do sr. Francisco Custódio Freire.

4) — Prédio, conjunto mecanizado da Colônia Agrícola Amapá.

5) — Pavilhão de Suínos do Matadouro do Rio Branco.

Hospital

1) — Pavilhão principal da Santa Casa em Cruzeiro do Sul.

Estabelecimento de Ensino

1) — Pavilhão de administração, Pavilhão de aula da Escola de Iniciação Agrícola em Cruzeiro do Sul.

Desenvolvimento Cultural

1) — Bibliotecas nas cidades de Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Xapuri e Tarauacá.

III) NO ESTADO DO AMAZONAS

1) — Bibliotecas nas cidades de Itacoatiara, Manacaparu, Manicoré, Coari, Codajás, Maués e Benjamin Constant.

IV) NO ESTADO DE MATO GROSSO:

1) — Bibliotecas nas cidades de Cáceres, Guiratinga, N. S. do Livramento, Poconé, Poxoréu, Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger.

V) NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ:

1) — Bibliotecas nas cidades de Amapá, Calçoene, Oiapoque e Mazagão.

VI) NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA:

1) — Bibliotecas nas cidades de Pôrto Velho e Guajará Mirim.

VII) NO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO:

1) — Biblioteca na cidade de Boa Vista.

VIII) NO ESTADO DE GOIÁS:

Construções Rurais

1) — Pôsto Agropecuário de Filadélfia.

Desenvolvimento Cultural

1) — Bibliotecas nas cidades de Filadélfia, Miracema do Norte, Pedro Afonso, Porangatu, Taguatinga, Tocantinópolis, Dianópolis e Araguatins.

IX) NO ESTADO DO MARANHÃO:

1) — Ligação dos poços de S. Raimundo à adutora geral na estação de tratamento de água no Sacavem-Trecho de 5 quilômetros com tubulação de 12 polegadas.

2) — Pavilhão dormitório de alunos da Escola Agrotécnica de São Luís.

3) — Nova linha de transmissão da rêde elétrica da

Dr. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

Capital no trecho compreendido entre a Vila Anil e arrabalde São Paulo, inclusive acumuladores, etc. Serviço executado pela Siemens do Brasil Cia. de Eletricidade.

4) — Aparelhagem de Raio X no Dispensário de Tuberculose do Centro de Saúde "Paulo Ramos" em São Luís.

5) — Trecho rodoviário na Estrada Itapecuru-Vargem Grande.

6) — Trecho rodoviário da BR-22 à Ipixuna, inclusive ponte de concreto.

7) — Trecho rodoviário Santo Antônio-D. Pedro, da rodovia BR-21.

8) — Bibliotecas nas cidades de Bacabal, Caxias, Codó, Coroatá, Cururupu, Pedreiras, Rosário e São Bento.

A SPVEA em Face dos Problemas de Base

A SPVEA não tem quatro anos de ação administrativa. Instalou-se oficialmente a 21 de setembro de 1953, com sede em Belém, capital do Estado do Pará. E logo de início foi entregue a uma Comissão de Planejamento do novo órgão a responsabilidade de, em nove meses, organizar o Plano de Valorização Econômica para o primeiro quinqüênio.

Trata-se de um dos mais valiosos documentos até o momento elaborados sôbre a Amazônia (x). O "Primeiro Plano Quinquenal" é uma dessas obras que honram a equipe federal que o redigiu. Em suas setecentas e dez páginas (710) distribuidas em dois volumes, encontra-se o desenvolvimento de três tarefas essenciais apreciadas com minúcia e riqueza de informações sôbre a região em estudo:

a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;

b) construir na Amazônia uma sociedade econômicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;

c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira."

Em que espaço regional está compreendido êsse mundo ciclópico?

A Lei n.º 1.806, em seu Art. 2.º, define o que é a região Amazônica:

"Art. 2.º — A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e, ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do

Transporte de juta no pôrto de Óbidos, Estado do Fará.

Maranhão a oeste do meridiano de 44°".

Traduzindo êsse artigo em linguagem de quilômetros, equivale a uma área de 5.057.490 km2, incluindo 239 municípios. Da superfície total do Brasil, compreende 59,387%. Vivem nessa região 3.549.589 habitantes, ou seja, 6,833% da população nacional, segundo o Censo de 1950. Rala é a densidade demográfica: 0,7 habitantes por quilômetro quadrado. E vivem sempre ao leito do rio, aglomerando-se nos centros de população próximos da zona extrativa. O estudo contido no capítulo da "Ocupação Territorial na Amazônia", dá uma idéia perfeita dessa distribuição demográfica rarefeita:

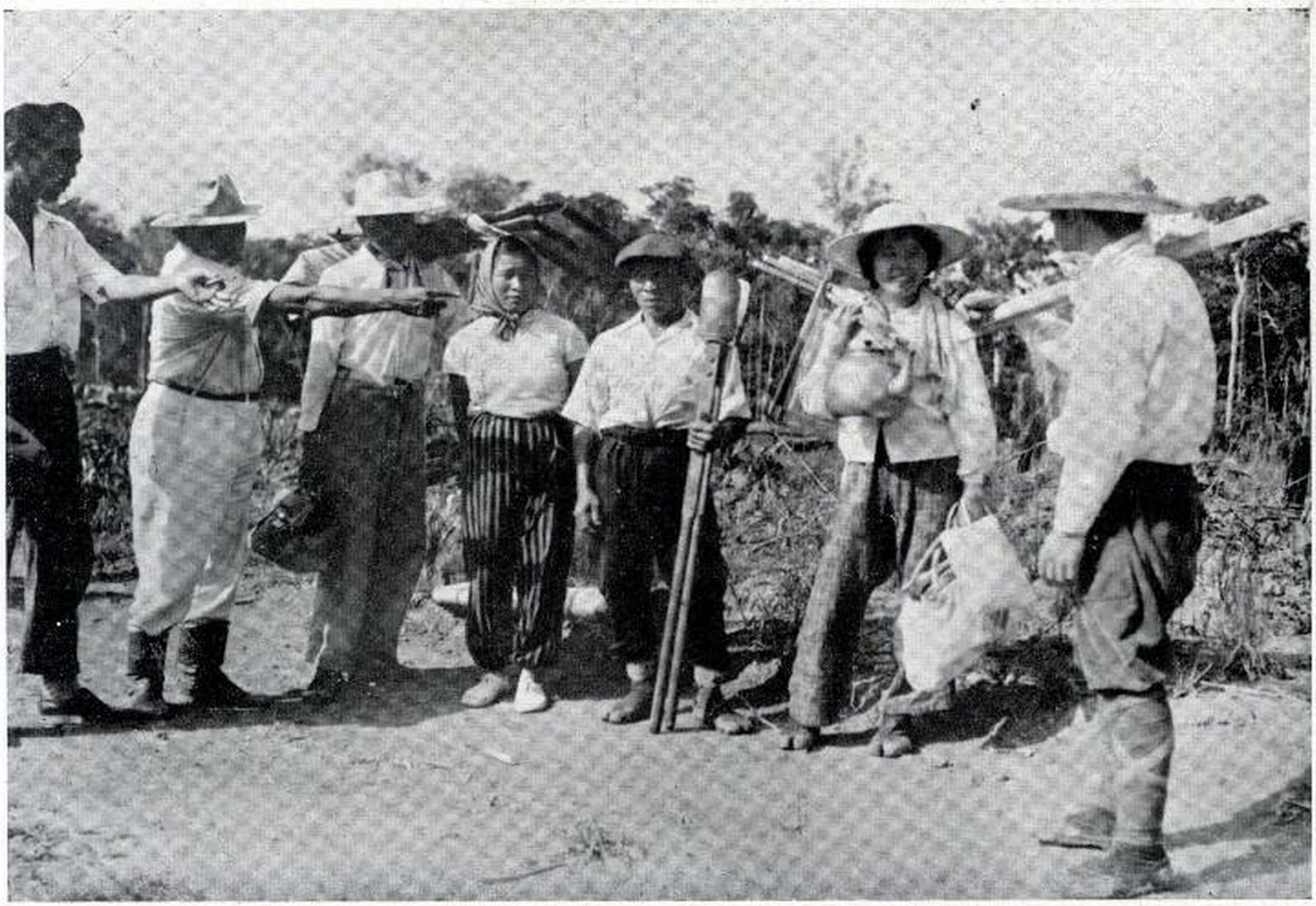
"Ao longo do leito do rio Amazonas, por fôrça de suas facilidades especiais de transporte e de ser o caminho natural das expedições que demandavam os altos rios, localizou-se a maior parte das populações da área amazônica pròpriamente dita. Ali, o homem conserva-se próximo à margem dos rios e na estreita dependência dos recursos fornecidos pelo próprio rio, quer na pesca, quer na agricultura de várzeas ou nos campos de criação de gado, também de várzea. Observando-se o conjunto dos Estados e Territórios inteiramente amazônicos, Pará, Amazonas e Território do Amapá, Acre, Guaporé e Rio Branco, que somam um total de 99 municípios, com uma população de 1.844.655 habitantes, recenseados em 1950. Pode-se constatar que dêsse total 66 municípios com 1.424712 habitantes, ou seja, 77% do conjunto dessa população tem suas sedes localizadas diretamente sôbre a margem do rio Amazonas ou alguns dos seus braços, ou nas terras firmes adjacentes ao rio. Pode-se afirmar que 4/5 dessa população vive numa orla de terra a uma distância de não mais de 30 quilmetros da margem do rio Amazonas ou de seus paranás, com a única exceção das populações localizadas entre Belém e Bragança ao longo da estrada de ferro do mesmo nome e que em certos pontos, mercê de um serviço de transporte auxiliar, puderam alcançar distância de 100 quilômetros a contar da margem do rio. Nas terras adjacentes à margem do rio Amazonas, a densidade demográfica sobe a cêrca de 5 habitantes por km2, alcançando mesmo em certos pontos da zona bragantina, densidades tão alta quanto 20 a 50 habitantes por km2.

Cutro ponto de importante concentração de população é o centro do Estado do Maranhão, onde na zona continental, em tôrno da Ilha de São Luís e mais para o interior, nas bacias dos rios Itapecuru, Mearim, Grajaú, Pindaré localizam-se aproximadamente duas terças partes da população do Estado do Maranhão, numa área que representa pouco mais de uma terça parte de sua superfície.

Pequenas concentrações de menor densidade ainda ocorrem na zona em tôrno de Cuiabá e no vale do Rio Acre, mas no conjunto das outras áreas amazônicas o traço predominante da ocupação humana é a dispersão caracterizada na ocupação extrativista."

(Primeiro Plano Quinquenal, 1.º vol., pág. 27)

Guamá, campo de experiências de colonizaçãc com o imigrante japonês. Flagrante da visita do senador Álvaro Adolfo acompanhado pelo Sr. Waldir Bouhid.



São êstes alguns dos colonos japoneses que no Guamá estão construindo núcleos de produção agrícola, graças a iniciativa da SPVEA.

7 Problemas Capitais

Ora, essa ocupação real da Amazônia, na qual a participação do Exército é de reconhecida importância, requer o desdobramento do que se convenciona chamar de colonização efetiva, em sete problemas capitais:

1. Problema alimentar;
2. Problema de produção de matérias primas e sua industrialização;
3. Problema do transporte;
4. Problema da distribuição do capital;
5. Problema de saúde;
6. Problema de nível cultural;
7. Problema de recuperação das populações extrativistas.

Que se fêz até agora no setor alimentação? Problema de primeira grandeza — tão importante quanto os subsequentes, porquanto diz respeito à subsistência do amazônida — a alimentação sempre foi relegada a segundo plano, por fôrça de uma circunstância incidental: a coincidência das épocas de colheita com a da extração da hévea. E como sempre se cuidou, na Amazônia, de riquezas extrativas mais imediatas, de lucro certo, a agricultura não chegou a alcançar fôros de produção exportável. Preferia-se importar, a plantar, ou, quando se plantava, limitava-se ao suficiente para um consumo restrito.

A experiência da última guerra inspirou a formação de núcleos agrícolas, de que trata o Plano Quinquenal, abundantemente . E a administração da SPVEA, para tornar menos angustiosa a crise de alimentação de Belém, realiza no Guamá, há poucas horas da Capital, uma experiência de cultivo, de comprovado êxito. Colonos japoneses plantam arroz e outras culturas de subsistência, em terras férteis, irrigadas permanentemente pelas marés doces do estuário tocantino-amazônico. A colheita de arroz mais recente alcançou 5.000 quilos por hectare, com possibilidade de duas vêzes por ano. Assim, a alimentação resolve, em parte, a imigração para a região amazônica, porquanto 1.500 famílias estão vivendo no Guamá, do mesmo modo que se encaminha para o fortalecimento de um autêntico "cinturão verde" em tôrno de Belém do Pará. Está nos planos

Gado da região amazônica, em fazenda experimental da SPVEA.

do dr. Waldir Bouhid ampliar o Núcleo de Guamá, dotando-o de uma fazenda de criação de bovinos, leiteiros e suínos, além de pequenos animais e aves de criação. Contando com o apôio da FAO, no preparo de técnicos especializados, a SPVEA amplia a sua equipe profissional de assistência aos agricultores da região amazônica.

Alguns empreendimentos de maior vulto podem ser referidos, de que se destacam Cr$ 20.000.000,00 destinados à Colônia Agrícola do Amazonas (Cr$ 6.000.000,00), ao Instituto Agronômico do Nordeste (IAN) para fomento à cultura de arroz e produção de sementes (Cr$ 7.000.000,00) e Cr$ 1.000.000,00 para a formação de pastagens com rotação de pastoreio nas terras de campo, mato e capoeiras. Firmou-se contrato com o Instituto Agronômico para início do levantamento pedológico da região (Cr$ ..... (Cr$ 2.000.000,00).

Num retrospecto da administração Waldir Bouhid, foram êstes os principais convênios agrícolas, totalizando cêrca de Cr$ ..... (Cr$ 50.450.000,00:

ACRE — **Govêrno do Território** — Para fomento à heveacultura, a cargo do Departamento de Produção do Território — Cr$ .... Cr$ 1.000.000,00; para mecanização da lavoura — Cr$ 1.800.000,00; para aquisição de equipamento destinado ao beneficiamento de cereais, Cr$ 1.300.000,00; para instalação da rêde armazéns e silos, Cr$ 1.600.000,00; para manutenção e desenvolvimento das colônias de Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá, Xapuri, Feijó, Bela Flor (Brasiléia e Cruzeiro do Sul, Cr$ ..... Cr$ 7.000.000,00.

AMAPÁ — **Govêrno do Território** — Para manutenção e desenvolvimento dos postos agropecuários do Território, Cr$ 1.000.000,00; para emprêgo da verba destinada às fazendas de criação de Aporema e da região dos Lagos, Cr$ ..... Cr$ 2.500.000,00; para mecanização da lavoura, Cr$ 1.200.000,00; para instalação e manutenção no Município de Oiapoque, à margem do Rio Uçá, de uma colônia de penetração, Cr$ 1.600.000,00; para manutenção e desenvolvimento das colônias agrícolas de Matapi, Oiapoque Azagão e núcleos agrícolas de Jari, Calçoene, Cacoari, Cassiporé, Ferreira Gomes e Santo Antonio da Pedreira, Cr$ 10.000.000,00.

PARÁ — Para promoção de uma Exposição Regional de Pecuária no Município de Soure, pela Associação Rural da Pecuária do Pará, Cr$ 700.000,00; chefia dos Postos de Inseminação Artificial do Marajó — Para emprêgo da verba destinada aos trabalhos de inseminação artificial da Ilha de Marajó, Cr$ 2.000.000,00; Prefeitura Municipal de Bragança — para realização da Ia. Exposição de Animais, Cr$ 150.000,00; Ministério da Agricultura — Para serviço de combate ao gafanhoto, doenças e pragas vegetais de caráter grave, Cr$ ..... Cr$ 600.000,00; Instituto Agronômico do Norte (IAN), — Para produção de sementes, mudas e borbulhas de plantas de valor genético, Cr$ 9.000.000,00; Orfanato São José — Para manutenção e ampliação, inclusive aquisição de um trator, Cr$ 1.000.000,00; **Prefeitura Municipal de Curuçá** — Para fomento à cultura de cacau, Cr$ .. 1.000.000,00; Instalação e montagem de uma usina de beneficiamento de arroz na cidade séde do município, Cr$ 1.000.000,00; Seção de Fomento Agrícola — Para fomento à cultura de cacau, Cr$ 1.000.000,00; **Prefeitura Municipal de Faro** — Para preparação de um campo de invernada de 100 hectares, Cr$ ..... Cr$ 500.000,00; **Prefeitura Municipal de Chaves** — Para o preparo de uma invernada para uso coletivo, Cr$ 500.000,00.

RONDÔNIA — Govêrno do Território — Para manutenção do Pôsto Agropecuário "10 de julho", .. Cr$ 500.000,00.

REGIÃO AMAZÔNICA — Para prosseguimento de instalação, adaptação e manutenção de uma rede de estações meteorológicas na região, pelo Ministério da Agricultura, Cr$ 2.000.000,00; Serviço de Proteção aos Índios, para pacificação de índios da região, Cr$ .... Cr$ 3.000.000,00

E porque estamos tratando de alimentação, vale a pena salientar a importância da Paraense Transportes Aéreas S.A., empresa destinada a abastecer Belém de carne procedente de Anápolis, em Goiás, e fundada sob os auspícios da SPVEA que lhe proporcionou ajuda financeira.

Objetivos do Quinqüênio

ESSES dados são apenas um começo de empreendimento, visando a tornar a Amazônia auto-suficiente, no setor da alimentação. As metas objetivadas no Plano Quinquenal (1956-1960) são as seguintes:

I — Elevar as áreas cultivadas em cada unidade administrativa da Amazônia a um quarto de hectare por habitante, exceto no Maranhão, onde o objetivo é de um terço de hectare por habitante;

Serviço de Abastecimento d'Água em Pôrto Velho, Rondônia. Trabalhos de construção dos tanques decantadores executados pela SESP, com verbas da SPVEA.

II — Elevar a área média cultivada por cada agricultor a dois hectares;

III — Organizar um sistema de colonização abrangendo as 28 zonas selecionadas e em acôrdo com as possibilidades demográficas e os objetivos econômicos do zoneamento;

IV — Alcançar no sistema de colonização e após, no conjunto dos agricultores, o equilíbrio da atividade agrícola com a prática simultânea de culturas de curto ciclo e de culturas arbóreas de utilidade econômica;

V — Alcançar, no conjunto do desenvolvimento agrícola regional, uma produção de gêneros essenciais à alimentação e adequados ao meio físico, equivalente aos seguintes índices:

Milho — 50 quilos por habitante;

Arroz — 80 quilos por habitante;

Mandioca — 400 quilos por habitante;

Cana de Açucar — 1 hectare por 120 habitantes;

Açucar — 10 quilos por habitante;

Banana — 1 touceira por habitante;

Batata dôce — 10 quilos por habitante;

Café — 15.000 hectares;

Guaraná — 5.000 hectares;

Dendê — 5.000 hectares;

Amendoim — 10.000 hectares;

Quanto à produção de origem animal, o Plano cogita de alcançar êstes índices:

I — Aumentar a população bovina em 30% sôbre os índices de 1952;

II — Elevar o rebanho suíno, em cada unidade regional, à proporção de uma cabeça por habitante;

III — Aumentar o rebanho ovino à proporção de 0,3 cabeça por habitante;

IV — Aumentar o rebanho caprino à proporção de 0,3 cabeça por habitante;

V — Aumentar a produção de aves até alcançar 2 cabeças por habitante;

VI — Elevar a produtividade do gado bovino para que se torne possível um desfrute de 10% do rebanho, sem prejuízo de sua produtividade;

VII — Alcançar, nos arredores das cidades, capitais de Estados e Territórios da Amazônia, uma produção de leite equivalente a 200 gramas por habitante dos respectivos municípios;

VIII — Trazer o talho do gado bovino, como decorrência de um programa de melhores pastagens, cruzamento, defesa sanitária e financiamento dos criadores para evitar a venda prematura de novilhos e vacas, a um rendimento de 180 quilos, pêso morto, por cabeça abatida;

IX — Desenvolver a produção de peixe a um limite equivalente a 20 quilos de pescado cru por habitante das populações urbanas e suburbanas da Amazônia (planejamento em recursos naturais).

Por fim, o Plano alude à produção agrícola de matérias-primas industriais, cujas metas do Plano Quinquenal são as seguintes :

I — Seringueiras — plantio de 37.000 hectares;

II — Fumo — plantio de 8.500 hectares;

III — Juta — plantio de 50.000 hectares.

Crédito e Capitais

PARA a realização dêsse Plano a SPVEA dispõe dos recursos de que trata o Art. 199 da Constituição de 1946:

> "Art. 199 — Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.
>
> Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata êste parágrafo serão aplicados por intermédio do Govêrno Federal."

Na realidade, êsse compromisso constitucional não vem sendo cumprido, à risca pela União, com repercussão no programa de obras da SPVEA. Em fins do ano passado, quando êste assunto foi debatido na Câmara dos Deputados, o Sr. Antunes de Oliveira, deputado da bancada do Amazonas, esclareceu alguns aspectos das dotações orçamentárias não entregues à SPVEA;

"A Câmara Federal, ao votar e aprovar o Orçamento da União, destinou à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da

Amazônia, dotações que totalizam Cr$ 2.958.373.729,00 para o exercício de 1957.

O Govêrno da União avoluma assim os seus compromissos para com a SPVEA na seguinte ordem: Cr$ 286.682.484,30 de "Restos a Pagar" de 1954: CrS 338.236.130,20 de diferenças orçamentárias referentes a terceiras prioridades de 1955; Cr$ 1.680.522.228,80 de 1956, num total de Cr$ 2.305.450.843,30.

Somada esta quantia à dotação geral para o ano entrante de Cr$ .. 2.958.373.729,00, os compromissos financeiros da União para 1957 para com a SPVEA montam a Cr$. Cr$ 5.263.824.572,30.

Dividindo-se essa quantia para pagamentos duodecimais , o Govêrno Federal deverá recolher, mensalmente, ao "Fundo de Valorização Econômica da Amazônia", no Banco do Brasil, a quantia de CrS .... Cr$ 438.652.046,60" **(Diário do Congresso Nacional** — Seção I — .... 6-12-1956 — pág. 12.201).

Operando-se a dedução, na importância acima, das quotas de abril e maio de 1956 já liberadas, o débito da União para com a SPVEA ascende a Cr$ 5.092.495.299,00.

Visando a que se normalizasse essa situação, o sr. Pereira da Silva, deputado da representação amazônica, teve essas palavras de quem realmente está a par do que representam essas verbas para a SPVEA: "No que se refere à Amazônia, os recursos que são constitucionalmente destinados à execução de seu plano de desenvolvimento econômico, precisam deixar de ser entendidos como despesas marginais que devem ser congeladas, pela não autorização ministerial de liberação de verbas votadas, com o fim ilusório de reduzir os **deficits** de exercícios. Se na doutrina das Finanças Públicas há escolas de pensamento econômico que repudiam os **deficits**, outras há que não só se defendem, como ainda os preconizam, em determinadas circunstâncias e momentos, como são no Brasl os que se referem à inadiável necessidade de estimular o desenvolvimento econômico da Amazônia Brasileira." **(Diário do Congresso Nacional**, Seção I — 20-11-1956, pág. 11.457).

Apesar disso, a SPVEA tem sido o centro de atração de capitais e o de irradiação de créditos para as atividades privadas que se instalem na região. Como afirmou em recente estudo de viva objetividade, O OBSERVADOR ECONÔMICO FINANCEIRO (n.º 251 — janeiro de 1957), a "SPVEA revoluciona o crédito e atrai capitais".

Dá testemunho amplo dessas atividade o Banco de Crédito da Amazônia S.A., em seu relatório sôbre o ano de 1956. Depois de informar que depois da criação da SPVEA o movimento de verbas de que trata o Art. 199 da Constituição Federal deixou de ser atribuição do Banco para ser de competência do novo órgão, esclarece o relatório:

"Para movimentação dessas verbas firmou aquela Superintendência, em 14-12-54, um convênio com êste Estabelecimento, onde ficou estabelecido que o saldo do Fundo de Fomento a Produção verificado em 31-12-53, no montante de Cr$ 319.151.059,10, seria utilizado, até ulterior deliberação, para sustentação do monopólio da borracha, e, quanto possível, no amparo de outros produtos nativos, e que a verba relativa à dotação orçamentária de 1954, no valor de Cr$ ..... CrS 81.600.000,00 seria aplicada, exclusivamente, no fomento da produção de abastecimento alimentar, agrícola e animal e na intensificação da cultura da seringueira sob indicação técnica, observadas as percentagens estabelecidas pelo Parágrafo 1.º do Artigo 7.º da Lei n.º 1.184, de 30-8-50, observadas, ainda, as bases estabelecidas pelo Parecer de 19-8-54 da Comissão de Planejamento daquela Superintendência.

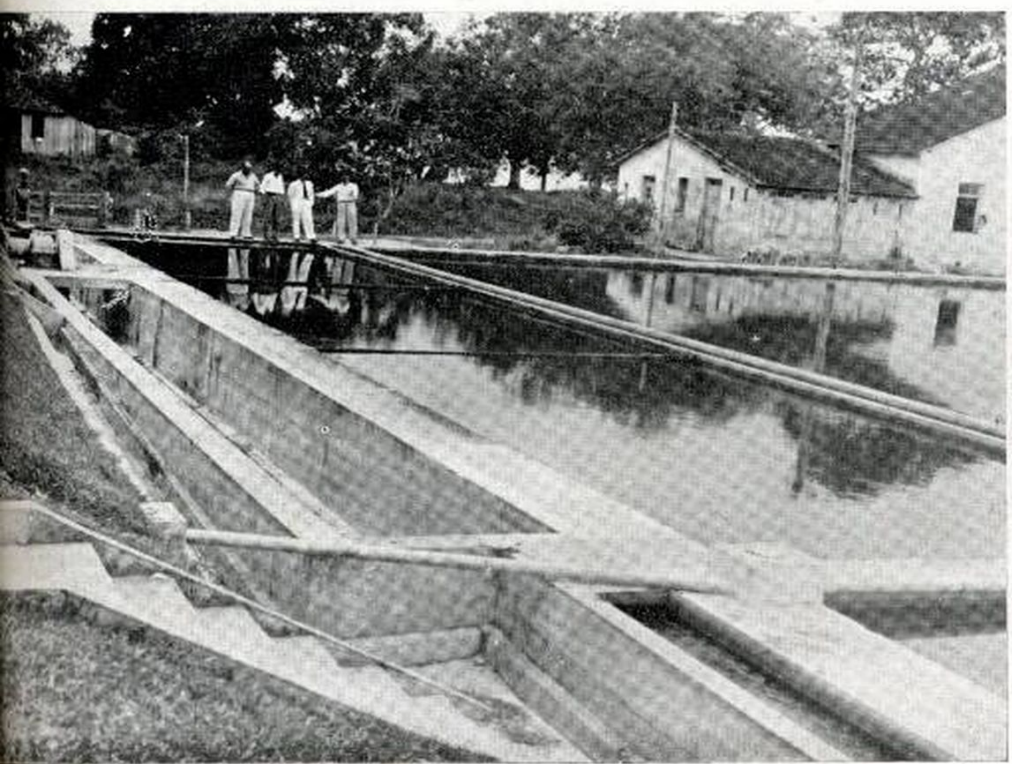
"Com a finalidade de serem aplicados os recursos pelo Orçamento da União atribuidos para o exercício de 1955, destinados à ampliação do aludido Fundo, firmou êste Banco com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em data de 13-10-53, o convênio necessário ao emprêgo de mais Cr$ 108.000.000,00, observadas as normas do Convênio anterior, sendo que outras atividades econômicas foram amparadas, como sejam indústria e transportes.

"E, em 14-12-56, firmou êste Estabelecimento com aquela Superintendência o convênio destinado ao emprêgo da verba do Fundo de Fomento à Produção, dotação de 1956, no valo rde Cr$ 137.856.000,00 observadas as mesmas bases do convênio imediatamente anterior. A movimentação da verba em aprêço, ao findar o exercício de 1956, estava dependendo da aprovação do convênio pelo Tribunal de Contas da União, bem como de a SPVEA prmover o depósito correspondente neste Banco".

A seguir, o Relatório discrimina as operações de fomento, através de convênios firmados com a SPVEA:

	Cr$
Verba de 1954, 88 operações	13.837.060,00

Serviços de Abastecimento d'Água em Manaus.



Verba de 1955, 155 operações 55.326.707,50

Os financiamentos efetuados pelas verbas de 1950 e 1953, foram assim distribuidos:

À Produção Agrícola — Borracha — 16 operações 16.839.000,00
À Pecuária — 6 operações 111.270,00
À aquisição de Sementes e Utensílios — 5 operações 168.830,00
TOTAL — 27 operações 17.119.100,00

Foram assim distribuidos os financiamentos efetuados pela dotação de 1954:

À Agricultura — 56 operações 2.213.160,00
À Pecuária — 28 operações 10.425.900,00
À Indústria — 2 operações 600.000,00
Ao encaminhamento de novos trabalhadores para os seringais — 1 operação 108.000,00
À melhoria de transportes — 1 operação 409.000,00
TOTAL — 88 operações 13.837.060,00

Financiamentos efetuados pela dotação de 1955:

À Agricultura — 55 operações 10.961.325,00
À Pecuária — 62 operações 28.593.132,50
À Indústria — 9 operações 7.471.000,00
À Indústria de Pesca — 2 operações 7.000.000,00
Ao encaminhamento de novos trabalhadores para os seringais — 2 operações 452.000,00
À Formação de Seringais de Cultura — 24 operações 768.000,00
À aquisição de sementes e utensílios — 1 operação 81.250,00
TOTAL — 155 operações 55.326.707,50

Num resumo dessa participação direta com os capitais privados, vale salientar a participação da SPVEA com Cr$ 100.000.000,00 para uma fábrica de celulose no Amazonas. O papel extraído das florestas amazônicas é tão excelente em qualidade que em 1954 o jornal parisiense **Le Monde** já procedeu à experiência imprimindo uma de suas edições.

MANAUS: tubulação de 16 polegadas na rua Carvalho Leal, destinada ao abastecimento d'água.

No setor do petróleo é por demais conhecida a contribuição da SPVEA na construção da Refinaria de Manaus, com capacidade inicial de 5.000 barris diários.

Está, portanto, dentro dos planos da Superintendência do Plano de Valorização Econômca da Amazônia, esta série de iniciativas:

I — Fomento à produção, através de financiamento aos produtores. SPVEA destina 10% de sua dotação global do Banco de Crédito da Amazônia, para fomento à Produção, nos Estados e Territórios — Cr$ 137.856.000,00;

II — Participação efetiva com Cr$ 100.000.000,00 na instalação de indústria destinada ao aproveitamento de madeiras tropicais. A SPVEA já contribuiu com Cr$ .... Cr$ 10.000.000,00;

III — Financiamentos e empreendimentos industriais em andamento ou com projetos específicos, como fábricas de cimento, de madeira contraplacada, de adubos e outras de interêsse da região ou nacional;

IV — Crédito rural para atender às necessidades do pequeno agricultor e estímulo à instalação de granjas ao redor das capitais;

V — Criação de um Serviço de Divulgação Econômica e Comercial, com instalação de mostruários da produção amazônica.

Como se pode notar, o plano de recuperação da bacia amazônica supera os limites referidos pelo texto constitucional. Mais de um plano quinquenal será necessário, ou melhor, mais de quatro planos, de

modo a mobilizar as fôrças materiais adormecidas na região. Tem-se, por enquanto, um roteiro em que idéias e realizações por ora se encontram no nascedouro, como águas da mesma fonte. E na verdade sòmente o tempo, dentro dessa concepção de interpretá-lo nos limites de gerações, será capaz de responder, efetivamente, a todo êsse processo de formação e construção de um mundo novo saído da vastidão amazônica.

Podemos, pois, condensar o que se fêz até agora — e são apenas três exercícios financeiros — em favor do fomento econômico regional, dando aqui nestas páginas divulgação às aplicações da SPVEA até 31 de dezembro de 1956, segundo a Mensagem Presidencial de 1957, entregue ao Congresso:

Outras estradas estão sendo construídas: Cuiabá-Poconé-Cáceres Mato Grosso (Ligação Noroeste-Centro Sul), com 586 quilômetros; Macapá-Clevelândia-Oiapoque, com 580 quilômetros; Caracarí-Boa Vista, com 153 quilômetros; Lábrea-Humaitá, com 180 quilômetros; a ligação terrestre dos aeroportos de Jacaré-Acanga e Cachimbo, e outras de interêsse e para a colonização.

Também no setor ferroviário, procedem-se a melhoramentos nas Estradas de Ferro de Bragança, Madeira-Mamoré e Tocantins, salientando-se os de conservação e de ampliação, inclusive empedramento dos trechos críticos, padronização

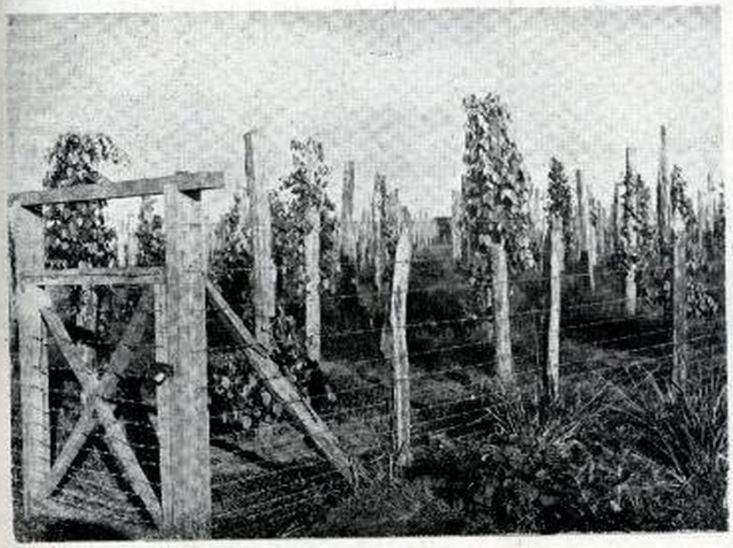
aquisição de mais nove e de um dique flutuante, além do reequipamento de diversas unidades, de serviços portuários, de oficinas, da construção de uma rêde de armazéns, silos e frigoríficos, da organização de emprêsa de cabotagem com capitais da região e da instalação de terminais e intermediárias dos derivados de petróleo.

ENERGIA: 100 000 kw

Dos objetivos constantes do Primeiro Plano Quinquenal — acréscimo de 100.000 kw à capacidade atual de energia no valor amazônico — a SPVEA está construindo as usinas termoelétricas de Manaus, Belém e São Luís.

A de Belém já está concluída em sua primeira etapa, estando em

Plantios de pimenta do reino e de milho nos campos do Guamá.



TRANSPORTES: SNAAP E BRASÍLIA

Embora os rios sejam a via natural da região amazônica, também os transportes terrestres se intensificam. Basta dizer que, construída que seja a rodovia Belém-Anápolis (BR 14) com 1.580 quilômetros, rumo a Brasília, a cidade de Belém será o pôrto natural da nova capital do País. Também se constroem Belém-Bacabal (BR 22) com 660 quilômetros, rumo a São Luís do Maranhão; e Peritoró-Pôrto Franco (BR 21) com 526 quilômetros. É êste o esfôrço no sentido de ligar o Norte ao Sul e evitar que novamente a crise alimentar e a agonia do insulamento volte a envolver a região amazônica.

da linha, construção de áreas de armazenagem, retificação dos traçados, renovação de material rodante, etc.

E por fim, temos no setor aeronáutico, em colaboração com o Ministério respectivo, já foi providenciada a instalação de uma infra-estrutura em diversos aeroportos para melhor garantia de vôa. Êste ano se espera concluir a construção dos aeroportos de Itacoatiara, Manicoré e Moura, no Amazonas, além de um dos blocos do aeropôrto de Manaus.

Quanto ao SNAAP (Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará), através de financiamento da SPVEA, está renovando sua frota. Já recebeu 12 novas unidades com um total de 9.050 toneladas. Prevê-se a

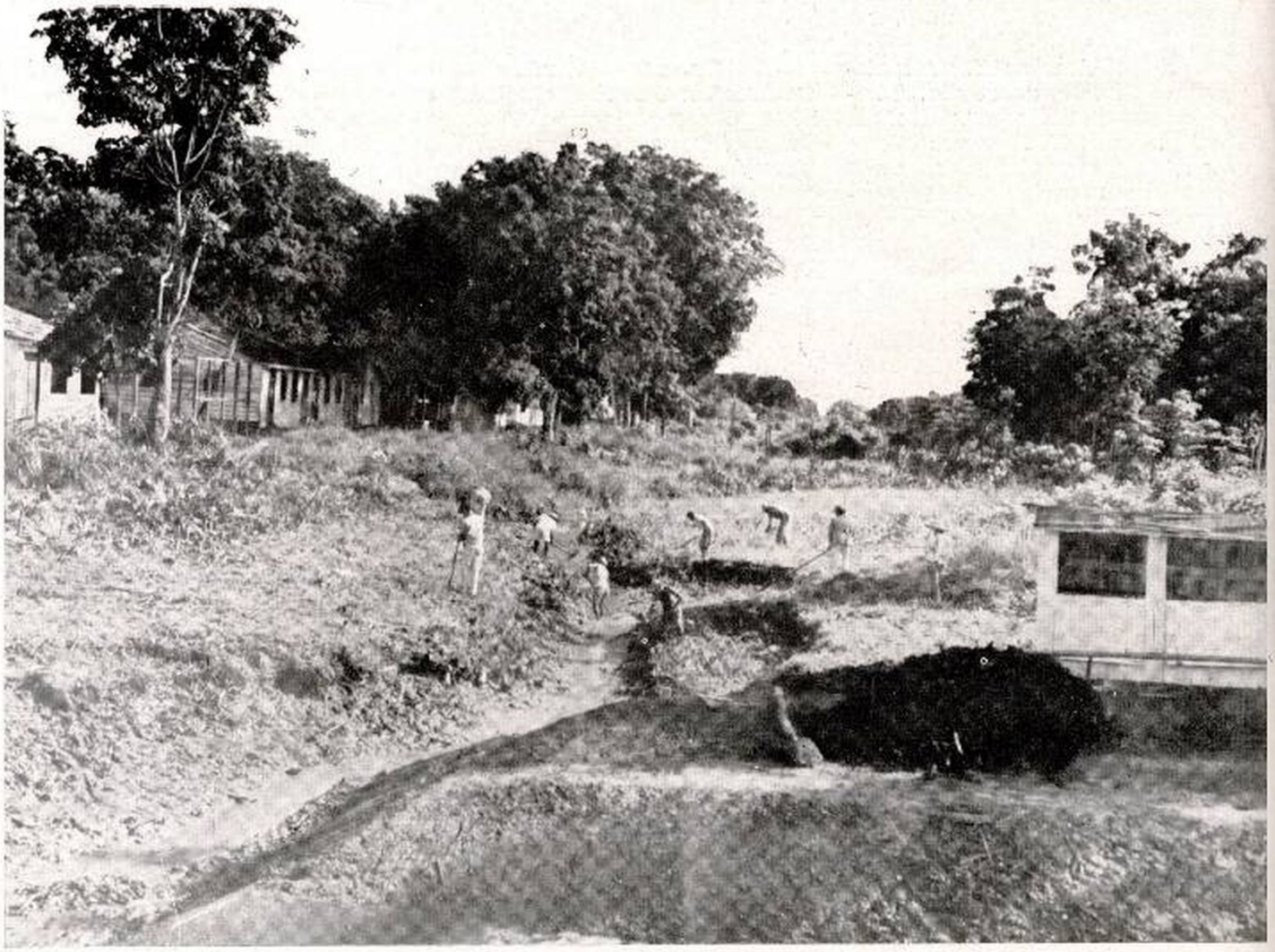
funcionamento 15 000 kw dos 22 500 kw programados; encontra-se em instalação a de Manaus; e deverá ser começada êste ano a Usina de São Luís, com capacidade inicial de 15 000 kw.

Outras obras podem ser aqui relacionadas com o setor hidroelétrico:

— prossegue a construção da hidroelétrica do Rio da Casca, que abastece a cidade de Cuiabá, estando concluída a primeira etapa 2.265 kw em funcionamento;

— nos Territórios a capacidade das usinas instaladas deverá ampliar-se para 3.000 kw;

— constroe-se, com participação da SPVEA, a Usina Hi-



Estende-se a obras de saúde a ação da SPVEA. Trabalhos de limpeza de vales executados pelo Serviço Nacional de Endemias Rurais com recursos da SPVEA.

droelétrica do Paredão, no Território do Amapá, com capacidade inicial de 50.000 C. V.

Em resumo, a SPVEA êste ano deverá investir cêrca de Cr$ 400 milhões no plano de energia do Vale Amazônico, dos quais, diz a Mensagem referida, Cr$ 180 milhões em operações de caráter reversível.

Conclusões

É forçoso reconhecer as limitações que a própria matéria apresenta a quem se debruça sôbre os problemas amazônicos, de modo a advertir que num mundo quase sem fronteiras, de vastidão incomparável, os estudos, as condensações, as observações sempre encontram têrmos. Embora chegado o momento de concluir estas considerações sôbre o que representa a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia e, mais particularmente, a função dêsse órgão administrador ao lado dos corpos avançados do Exército nas fronteiras mais remotas, vale referir, por acréscimo, a ação da SPVEA em busca de recursos naturais. As pesquisas, os inventários se fazem em acôrdo com a Missão FAO-UNESCO, responsáveis pelo levantamento florestal, pedológico e geológico da região, devendo a área em estudo, no primeiro quinqüênio, abranger 300 000 km2. Uma ressalva se faz na Mensagem Presidencial, ao afirmar que certas pesquisas já estão sendo realizadas fora das áreas em estudo escolhidas para essa primeira etapa. "Entre os trabalhos já executados e em execução — esclarece o documento — incluem-se pesquisas de calcário nas regiões de Bragantina e do Baixo Amazonas; reconhecimento de ocorrências de minérios em Rondônia; pesquisa de minerais metálicos e bauxita no Território do Amapá; estudos sôbre as possibilidades de aproveitamento de bauxita fosforosa no Maranhão; reconhecimento geológico em áreas do Rio Branco, Rio Negro e outros; levantamento fotogeológico da região Tocantins — Araguaia — Xingu; pesquisas mineralógicas no Rio Oiapoque e reconhecimentos preliminares da bacia de evaporitos, iniciados no baixo Amazonas. Alguns dêsses trabalhos estão sendo diretamente executados pela SPVEA, outros por especialistas da Missão FAO-UNESCO, outros diretamente pelo Território Federal do Amapá, outros em convênio com o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura".

Em Belém os trabalhos de erradicação de doenças transmissíveis por mosquitos estão sendo executados com verbas da SPVEA.

Enfim, encerrando êsse ciclo de atividades da SPVEA, a borracha — esclareça-se — vem merecendo do órgão federal, um estudo especializado. A preocupação fundamental é tornar a Amazônia celeiro de borracha para a indústria. A dificuldade está em que é preciso impor um sistema de trabalho distinto do que vem sendo pôsto em prática. Daí as dificuldades encontradas, com um progresso que parece reduzido, mas explicado pela complexidade de renovar hábitos e apresentar técnicas modernas.

Dois são os objetivos do programa da SPVEA:

1.º) Aumentar o rendimento útil ao trabalhador florestal através de:

a) alteração das técnicas de trabalho em borracha silvestre;

b) vulgarização dos processos de exploração das árvores sem sua destruição.

2.º) Diversificação da produção do trabalhador florestal."

O mais árduo é aumentar o rendimento útil do trabalhador, embora seja também o problema de base mais urgente. Tal melhoria técnica exigirá:

"a) a substituição da orientação do corte para que seja realizada da esquerda para a direita, como racional, e executado em forma de meia espiral, portanto com a duplicação do atual comprimento da incisão, na forma como é praticado na generalidade dos seringais do Oriente;

b) substituição da produção da borracha defumada pela produção de sernambis defumados por imersão em solutos de ácido pirolenhoso e alcatrão, dispensando o seringueiro de percorrer sua estrada duas vêzes por dia, o que lhe permite o corte diário de um número maior de árvores."

Devido a essas deficiências e atraso técnico, a produção não tem alcançado largas margens. Mesmo assim produziram-se em 1956 5.000 toneladas mais do que em 1955.

★
★ ★

O que muito se tem escrito sôbre a Superintendência da Moeda e do Crédito é ainda insuficiente para mostrar a repercussão de uma obra gigante como a da recuperação do Vale Amazônico. Nela a participação do Exército será cada vez mais estreita e acentuada. Aquêle sentido brasileiro a ser realizado pela nacionalização das fronteiras vem se desenvolvendo e se firmando como objetivo de alta essencialidade. Daí a oportunidade, ao cabo desta longa exposição, as palavras do Ministro J. C. de Macedo Soares ao definir o que é e para que serve a fronteira: "Por tôda a parte a fronteira é o continente do conteúdo nacional. A fronteira completa, define e especifica o País, sede de um povo organizado. A fronteira assegura o instinto de propriedade tão natural e imperioso nos povos como nos indivíduos. O território, quer dizer, o que se contém dentro das fronteiras, está para as nações, como a casa está para as famílias. Não há família sem lar. A casa é a sede do lar. Entretanto, entre nós, a distância incomensurável, a raridade da população não permite criar a sensação concreta da fronteira internacional. O pequeno trecho da fronteira realmente sentida, no Rio Grande do Sul, serve de testemunho à enorme abstração da quase totalidade das linhas divisórias do imenso Brasil. Para atingirmos a plenitude da consciência nacional, carecemos de contacto, da posse efetivo de todo o território brasileiro."

E esta posse se transforma em realidade na ação em conjunto da SPVEA com o Exército, quando se estuda, em nossos dias, o complexo da colonização da fronteira amazônica.

Leprosário de Rondônia, construido, equipado e mantido com resursos da SPVEA.

Dois Decretos sôbre a SPVEA

Cr$ 25 675 000 "PARA O ESTABELECIMENTO IMEDIATO DE POSTOS COLONIAIS-MILITARES NA ORLA DE FRONTEIRA EXTERNA DA AMAZÔNIA" ALTERAÇÕES NO PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DA VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

DECRETO N.º 41.371 — DE 23 DE ABRIL DE 1957
Altera o Orçamento e Programa de Emergência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, decreta:

Art. 1.º O Programa de Emergência aprovado pelo Decreto n.º 35.020, de 8 de fevereiro de 1954, com as correções de redação do Decreto número 36.687, de 29 de dezembro de 1954, e as modificações do Decreto n.º 38.266, de 30 de novembro de 1955, fica alterado em Cr$ ..... 25.675.000,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros), na forma abaixo, segundo programa da Comissão de Planejamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia:

Onde se lê:

I — Desenvolvimento Agro-Pecuário	
b) Produção pecuária e sua defesa sanitária — Aquisição de vacinas (AM)	300.000,00
d) Colonização	
Reorganização de colônias agrícolas do Pará	1.000.000,00
II — Transportes, comunicações e energia	
a) Energia elétrica	
Completação de projeto de remodelação dos serviços elétricos de Cuiabá — Mato Grosso	2.000.000,00
b) Rodovias	
Rod. Tocantinópolis — Araguatins	3.000.000,00
Rodovia Jatobá — Marabá	2.000.000,00
Estudos da Via Tocantis	2.000.000,00
III — Desenvolvimento cultural	
a) Ensino primário fundamental	
Elaboração de um programa mínimo de ensino para a região ..	300.000,00
b) Ensino médio especializado	
Estudos e pesquisas preliminares para ampliação da rede escolar existente	200.000,00
Adaptação dos cursos de escola normal São Francisco de Assis, de Manáus, ao ensino do grau médio profissional	250.000,00
Prosseguimento do Internato de Iniciação Agrícola de São Miguel do Guamá	500.000,00
Serviço de Assistência de Menores (equipamento e oficinas na área amazônica de Mato Grosso	1.000.000,00
Complementação e instalação dos órgãos supervisionadores do ensino em geral no Território do Rio Branco, inclusive o agrícola e o profissional	1.000.000,00
d) Instituições Educacionais de Base Centro de Iniciação Profissional (artezanal, agrícola), assim distribuidos:	
Para os Territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco (4) centros	200.000,00
Para os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás (15) centros	750.000,00
f) Divulgação científico-cultural	
Produção de filmes documentários sôbre a região, em todos os seus aspectos	500.000,00
IV — Recursos naturais	
Pesquisas florestais	
Despesas de sete (7) bôlsas de estudo de especialização em Institutos florestais estrangeiros, sendo quatro (4) em Madson, Estados Unidos e três (3) em Prince's Risborough, Inglaterra, a Cr$ 250.000,00 cada	1.750.000,00
b) Pesquisas Minerais	
Para estudos e industrialização de fosfatos de traulra	600.000,00
c) Pesca e piscicultura	
Para estudos e imnologia	200.000,00
Para estudos e ictiologia	200.000,00
Para estudos de conservação do pescado	300.000,00
Material e mão de obra	300.000,00
Despesas de viagem	200.000,00
V — Saúde	
a) Preparação e aperfeiçoamento de pessoal	
Delegacia Federal de Saúde da 2.ª Região (Manáus), para técnicos do Amazonas e Territórios do Acre, Guaporé e Rio Branco ...	450.000,00
Para realização de cursos de auxiliar de estatística vital, atendentes de saúde e hospitalar, laboratoristas, dietistas, e guarda sanitário	
Departamento de Saúde do Ministério	150.000,00
c) Assistência Médico Sanitária	
Amazonas — Pará — Mato Grosso	
Serviço Especial de Saúde Pública — Hospital Infantil Casa do Dr. Fajardo — para equipamento do Hospital Infantil em construção	750.000,00

Santa Casa de Misericórdia de Belém para equipamento de uma sala de partos e de uma sala de esterilização na Seção de Maternidade 500.000,00

Prefeitura de Curuçá — Para equipamento de um pôsto de puericultura 100.000,00

Hospital do Rosário Oeste

Para prosseguimento da construção 700.000,00

Para equipamento 300.000,00

Maternidade N. S. do Livramento — Para equipamento 200.000,00

d) Laboratório

Departamento Estadual de Águas do Pará

Para equipamento do Laboratório e estação de tratamento de água de Belém 100.000,00

Santa Casa de Misericórdia do Pará — Para equipamento do laboratório 500.000,00

g) Rio-Estatística — propaganda e educação sanitária

I — Para desenvolvimento de ampla campanha de propaganda e educação sanitária nos Estados, Territórios e Municípios

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia 575.000,00

Leia-se:

I — Desenvolvimento Agro-pecuária

d) Colorização

Para o estabelecimento imediato de postos coloniais-militares na orla de fronteira externa da Amazônia 25.675.000,00

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos
José Maria Alkimin

Altera o Programa de Emergência da Valorização Econômica da Amazônia.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e, tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei n.º 1.906 de 6 de janeiro de 1953, decreta:

Art. 1.º O Programa de Emergência, aprovado pelo Decreto n.º 35.020, de 8 de fevereiro de 1954, fica alterado na forma abaixo, segundo proposta da Comissão de Planejamento da Superitendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, onde se lê:

	Cr$
I Desenvolvimento Agro-pecuário, letra "d" Colonização — Núcleos Agrícolas Seringal do Amapá (Acre)	2.300.000,00

Leia-se:

— Núcleos Agrícolas Seringal do Amapá (Acre)	1.850.000,00

Art. 2.º A parcela de Cr$ 500.000,00, destacada dessa dotação, passará a ter o seguinte emprêgo:

	Cr$
I Desenvolvimento Agro-pecuário — Produção Industrial — Frigorífico de Rio Branco (Território do Acre)	500.000,00

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos
José Maria Alkimin

Saúde, um dos problemas básicos da sobrevivência do homem na Amazônia. Os trabalhos do Serviço Nacional da Malária se estendem a tôda a população. Grande tem sido o esfôrço da SPVEA no sentido de sanear a região.

SPVEA

Superintendência do Plano de Valorização do Amazônia

SETOR DE CONTABILIDADE

RELAÇÃO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS EM 1954, 1955 E 1956, COM AS ENTIDADES ABAIXO RELACIONADAS E PAGOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1956

EXERCÍCIO DE 1954

Território Federal do Amapá		200.000,00	
Prefeitura Municipal de Salinópolis		300.000,00	
Paróquia de São Sebastião		110.000,00	
Companhia de Eletricidade de Manaus S/A		46.000.000,00	
Serviço Especial de Saúde Pública		5.962.000,00	
Departamento de Estrada de Rodagem de Goiás		1.900.000,00	
Govêrno do Estado do Maranhãc		63.500,00	
Prefeitura Municipal de Oriximina		200.000,00	
Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal		300.000,00	
Govêrno do Estado do Pará		500.000,00	
Govêrno do Território Federal do Acre		3.300.000,00	
Colônia Agrícola Nacional do Amazonas		1.480.000,00	
G. Martins & Cia. Ltda.		200.000,00	60.515.500,00

EXERCÍCIO DE 1955

Território Federal do Amapá		19.890.000,00	
Território Federal do Acre		22.200.000,00	
Govêrno do Estado de Goiás		7.000.000,00	
Govêrno do Estado do Amazonas		5.143.333,20	
Prefeitura Municipal de Bragança		520.000,00	
Prefeitura Municipal de Pedro Afonso		1.000.000,00	
Prelazia do Rio Branco		150.000,00	
Paróquia de Santa Luzia — Manaus		400.000,00	
Prelazia do Guamá		950.000,00	
Prelazia de Santarém		500.000,00	
Arquidiocese de Manaus		650.000,00	
2.º Distrito de Portos, Rios e Canais:			
1953 —	500.000,00		
1955 —	1.144.000,00	1.644.000,00	
1953 e 1954 —	2.000.000,00		
1955 —	296.000,00	2.296.000,00	
1955 —		10.000.000,00	13.940.000,00
Instituto Agronômico do Norte			8.825.800,00
Sociedade das Irmãs Franciscanas Missionárias da Imaculada Conceição — Monte Alegre			200.000,00
TRANSPORTE		81.369.133,20	60.515.500,00

TRANSPORTE: — 1954		
1955	81.369.133,20	60.515.500,00
Serviço Nacional de Lepra	7.050.000,00	
Serviço Especial de Saúde Pública	31.777.750,00	
Sociedade Pró-Matre	300.000,00	
Seção de Fomento Agrícola	500.000,00	
Ordem dos Servos de Maria (Província do Brasil)	500.000,00	
8.ª Região Militar	17.020.000,00	
Preventório Santa Terezinha	300.000,00	
Escola Técnica Rural Nossa Senhora do Rosário de Fátima	100.000,00	
Departamento de Estrada de Rodagem de Goiás	4.000.000,00	
Diretoria de Obras e Fortificações do Ministério da Guerra	3.000.000,00	
Ministério da Aeronáutica	36.441.096,40	
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	100.000,00	
Ministério da Saúde — Delegacia da 3.ª Região	150.000,00	
Ministério da Agricultura	6.500.000,00	
Instituto Gustavo Capanema — Estado do Amazonas	100.000,00	
Instituto Nacional de Imigração e Colonização	5.460.000,00	
Fritz Louis Ackermann	23.000,00	
Associação Comercial do Território do Rio Branco	50.000,00	
Arquidiocese de Cuiabá	400.000,00	
Prelazia do Marajó	500.000,00	
Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra	1.000.000,00	
Banco de Crédito da Amazônia S/A.	108.000.000,00	
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	10.000.000,00	
Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão	5.000.000,00	
Liga contra a Lepra (Pará)	1.000.000,00	
Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Pôrto do Pará	5.500.000,00	
Serviço Nacional de Tuberculose	15.000.000,00	
Pontifício Instituto das Missões	500.000,00	
Paróquia de Manicoré	650.000,00	
Govêrno do Estado do Maranhão	8.200.000,00	
Govêrno do Estado do Mato Grosso	3.250.000,00	
Govêrno do Território Federal de Guaporé	10.150.000,00	
Chefia dos Postos de Inseminação Artificial do Marajó	1.000.000,00	
Colégio Dom Bosco	500.000,00	
Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição de Monte Alegre	300.000,00	
Departamento de Ação Social Arquidiocesana de Cuiabá	300.000,00	
Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas	4.000.000,00	
Federação Educacional Infanto-Juvenil do Pará	150.000,00	
Obras Sociais e Educacionais a cargo dos Padres Agostinianos de Manaus	500.000,00	
Missão dos Padres Redentoristas da Amazônia	800.000,00	
Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância de Manaus	1.700.000,00	
Sociedade Guaporense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra	500.000,00	
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de São Luís do Maranhão	150.000,00	
Sociedade Beneficente do Amazonas	200.000,00	
Sociedade das Missionárias Dominicanas de Pôrto Nacional	1.250.000,00	
2.º Distrito de Portos, Rios e Canais	4.000.000,00	
Missão Salesiana de Mato Grosso	550.000,00	
Prelazia do Alto Solimões — Amazonas	800.000,00	
Patronato Santa Terezinha de Manaus	200.000,00	
Patronato Gratuito São José — Pôrto Nacional	120.000,00	
Instituto Montessoriano "Álvaro Maia" — Manaus	300.000,00	
Associação Comercial do Pará	200.000,00	
Associação Beneficente de São João Batista — Taguatinga — Goiás	160.000,00	
Escola de Agronomia da Amazônia	6.000.000,00	
Escola de Serviço Social ds Manaus	100.000,00	
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	9.000.000,00	
Ginásio Brasileiro — Amazonas	200.000,00	
Sociedade dos Bombeiros Voluntários de Manaus	710.000,00	

(Continua)

(Continuação)

Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis	500.000,00	
Govêrno do Território Federal do Rio Branco	6.400.000,00	
Prefeitura Municipal de Parintins	200.000,00	
Prefeitura Municipal de Soure	100.000,00	
Colônia Agrícola Nacional do Amazonas	520.000,00	
Escola Agrotécnica de São Luís — Maranhão	600.000,00	
Escola de Enfermagem São Francisco de Assis	800.000,00	
Estrada de Ferro Madeira — Mamoré	2.000.000,00	
Instituto Bom Jesus de Guiratinga	100.000,00	
Paróquia Nossa Senhora de Nazaré	600.000,00	
Paróquia de Parintins	200.000,00	
Ministério da Aeronáutica e Fundação Brasil Central	2.750.000,00	
União Operária Amazonense	150.000,00	
Govêrno do Estado do Pará	4.850.000,00	
Papelamazon S/A	10.000.000,00	
Associação Comercial de Cuiabá	400.000,00	
Escola Técnica Rural Santa Tereza de Tefé	200.000,00	
Prefeitura Municipal de Cuiabá	500.000,00	
Paróquia de Borba	200.000,00	
Santa Casa de Misericórdia de Manaus	1.500.000,00	
Associação Comercial do Amazonas	380.000,00	
Comissão de Estradas e Obras dos Rios Tocantins e Araguaia	1.400.000,00	
Fundação do Instituto Profissional Agroindustrial S. José	500.000,00	
Sociedades e Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra	500.000,00	
Ginásio Cristo Rei de Pedro Afonso	50.000,00	
Instituto Ofir Loyola	300.000,00	
Departamento de Ação Social Arquidiocesana de Cuiabá	300.000,00	
Escola Agrícola "Manoel Barata"	500.000,00	
NACIBRA S/A — Companhia Nacional de Planificação e Investimento do Brasil	1.200.000,00	
Liga Amazonense contra a Tuberculose	250.000,00	
Administração do Pôrto do Pará	1.817.500,00	
Obras Sociais dos Padres da Divna Providência	200.000,00	
Pedro Silvestre da Silva	200.000,00	
Sociedade Portuguêsa Beneficente do Amazonas	600.000,00	
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra	130.000,00	
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de Rio Branco	200.000,00	
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de Cruzeiro do Sul	130.000,00	
Estrada de Ferro de Bragança	3.600.000,00	442.408.479,60

EXERCÍCIO DE 1956

Missão Salesiana de Mato Grosso	150.000,00	
Lar de Maria	50.000,00	
Prefeitura Municipal de Bragança	1.000.000,00	
Prefeitura Municipal de Curuçá	650.000,00	
Prelazia do Marajó	450.000,00	
Prefeitura Municipal de Cristalândia	1.000.000,00	
Prefeitura Municipal de Vigia	1.200.000,00	
Prelazia de Lábrea	400.000,00	
Prefeitura Municipal de Pedro Afonso	1.000.000,00	
Prefeitura Municipal de Itacoatiara	2.000.000,00	
Prefeitura Municipal de Chaves	700.000,00	
Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia	300.000,00	
Sociedade Feminina de Instrução e Caridade	150.000,00	
Serviço Nacional de Tuberculose	7.500.000,00	
Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra	200.000,00	
Serviço de Proteção aos Índios	750.000,00	
Asilo do Bom Pastor	500.000,00	
Estrada de Ferro de Bragança e o Departamento de Estradas de Rodagem	5.000.000,00	

(Continua)

(Continuação)

Estrada de Ferro São Luís-Teresina e o Departamento de Estrada de Rodagem do Maranhão	5.000.000,00	
Território Federal do Rio Branco	2.000.000,00	
Território Federal do Acre	8.700.000,00	
Território Federal do Guaporé	4.000.000,00	
Departamento Nacional da Produção Vegetal	300.000,00	
Departamento Nacional de Endemias Rurais	40.000.000,00	
Serviço Especial de Saúde Pública	60.510.000,00	
2.º Distrito de Portos, Rios e Canais	21.200.000,00	
Instituto Agronômico do Norte	9.201.920,00	
Ministério da Agricultura	5.000.000,00	
Chefia dos Postos de Inseminação Artificial do Marajó	1.500.000,00	
Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás	20.360.000,00	
Fôrça e Luz do Pará S/A	32.000.000,00	
Prefeitura Municipal de Marabá	800.000,00	
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	5.000.000,00	
Fritz Louis Ackermann	245.000,00	
Preventório Santa Terezinha	400.000,00	
Sociedade das Irmãs Franciscanas Missionárias da Imaculada Conceição de Monte Alegre	500.000,00	
Companhia de Petróleo da Amazonia	38.000.000,00	
Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará	800.000,00	
Govêrno do Território Federal do Amapá	10.000.000,00	
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	7.000.000,00	
Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará	600.000,00	
Sociedade Pró-Matre e Serviço Especial de Saúde Pública	500.000,00	
Associação da Escola Doméstica de Nossa Senhora da Anunciação	100.000,00	
Banco de Crédito da Amazônia	40.000.000,00	
Govêrno do Estado do Amazonas	2.000.000,00	
Govêrno do Estado do Pará	3.000.000,00	
Instituto Ofir Loyola	300.000,00	
Instituto Nacional de Imigração e Colonização	5.000.000,00	
Ministério da Aeronáutica	7.500.000,00	
Missões Salesianas em Humaitá	800.000,00	335.316.920,00
TOTAL		858.240.899,60

Seção de Contabilidade, em 31 de dezembro de 1956

CONFERE

a) **Paulo Remy Gillet**
Chefe do Setor de Contabilidade

a) **Antônio Salgado da Motta**
Chefe da Seção

Separata da

Revista de Engenharia Militar

N.º de Abril-Maio de 1957

Composta e impressa editora LIF limitada — Rua do Riachuelo, 272

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA